



MARIA LUIZA RIBEIRO

EXECELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
...ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS -AM.

015.08.211392-5

CENTRAL DE JUIZADOS ESPECIAIS
DISTRIBUIÇÃO DOS JECS
Recebido em 10/11/08
às 11:24 horas
[Assinatura]

LIBIA RODRIGUES CARLOS, brasileira, solteira, costureira, portadora do RG nº. 016.0783-9 SSP/AM e do CPF: 347.442.902-72, residente e domiciliada na 3 de Setembro, n.º231, Bairro do Japiim, nesta cidade, neste ato, por seus procuradores judiciais ao final assinado, com escritório profissional sito na Avenida Bulevar Sem Álvaro Maia, nº. 440, sala 105, centro CEP 69.025-070, nesta cidade, vem à presença da Excelência, com o devido respeito e acatamento, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

(art. 10 da Lei 6.194. de 19.12.1974)

Contra **BRADESCO SEGURO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 33.055,1460001-93, com sede na Av. Constantino Nery, nº. 1408 Bairro São Geraldo, Cep 69050-000, na cidade de Manaus Estado do Amazonas, pelos fatos e fundamentos na Lei 6.194/74, a seguir aduzidas:

I – LEGITIMIDADE PASSIVA

A Requerente era mãe de **ANTONIA CIMARA CARLOS SARAIVA**, a qual faleceu em 09/12/1990, vítima do acidente constante na certidão de óbito nº. 06.133 do 3º Cartório de Registro Civil da Cidade de Manaus, Amazonas, e como a Ré faz parte do convênio do Seguro DPVAT das sociedades seguradoras, é parte legítima na presente ação, uma vez que

ENDEREÇO: AV. BOULEVARD SENADOR ÁLVARO MAIA, 440, SALA 105- MANAUS-AM.
FONE/FAX: (92) 3622-2934 -CEL. 9991-0121, 9142-9252 - CEP: 69025-070
Email: maluadvogada@ibest.com.br – luizaribeiroadv@hotmail.com



MARIA LUIZA RIBEIRO

qualquer das seguradoras do referido convênio se obriga pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas, conforme determinada a Resolução CNSP nº 56/2001.

Temos ainda, recentíssima decisão da **2º Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais**, prolatada em caso idêntico ao dos autos, publicada **em 19/03/2003**:

Classe do Processo: APELAÇÃO CIVEL NO JUIZADO ESPECIAL 20020110489843ACJ DF

Registro Do Acórdão Número: 170688

Data do Julgamento: 19/03/2003

Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F.

Relator: BENITO AUGUSTO TIEZZI

Publicação no FJU: 02/04/2003 Pág. 83

(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

CIVIL. PROCESSO CIVIL. SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REPELIDA. ENTIDADE FILIADA A FENASEG. ATA DA AUDIÊNCIA CONSIGNANDO APENAS A PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DEGRAVAÇÃO DA FITA MAGNÉTICA. EFEITOS. TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA ALEGADA E NÃO PROVADA. SENTENÇA MANTIDA. 1. SE A RECORRENTE É UMA DAS COMPANHIAS SEGURADORAS QUE INTEGRA O CONVÊNIO DA FENASEG, EM RAZÃO DA TEXTUALIDADE DA LEGITIMAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT, É PARTE LEGÍTIMA A FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA QUE RECLAMA O PAGAMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. 2. SE DO CONJUNTO PROBATÓRIO APRESENTADO NÃO SE PERCEBE PROVA SUFICIENTE E ROBUSTA A COMPROVAR A AFIRMAÇÃO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE AVENÇA REALIZADA ADMINISTRATIVAMENTE, LIMITANDO-SE A PARTE RÉ A INSERIR O CORPO DE SUA CONTESTAÇÃO CÓPIA DE TELA DE SEU COMPUTADOR CONSTATANDO DADOS QUE SUGERE SUPOSTA TRANSAÇÃO, PORÉM DE CARÁTER UNILATERAL E SEM QUALQUER AUTENTICIDADE, NÃO PODE SER ACEITA COMO PROVA PLENA E SUFICIENTE A LHE DAR CRÉDITO. VALE DIZER, NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE APRESENTAR FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 333 DO CPC. 3. UTILIZANDO-SE O JUIZ SENTENCIANTE DO CRITICADO



MARIA LUIZA RIBEIRO

ENUNCIADO 46 DO FÓRUM PERMANENTE DE JUÍZES COORDENADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO BRASIL, APENAS FEZ CONSTATAR DA ATA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO A PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA; E, O QUE É PIOR, NÃO TENDO AS PARTES PROVIDENCIADO A DEGRAVAÇÃO DA FITA MAGNÉTICA – ONDE, AO QUE CONSTA, ESTARIAM REGISTRADOS OS DEPOIMENTOS COLHIDOS E A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA – OBVIAMENTE, IMPEDE QUE OS JULGADORES DA INSTÂNCIA RECURSAL TOMEM CONHECIMENTO DE SEU EFETIVO CONTEÚDO, O QUE PREJUDICA A ANÁLISE MAIS ACURADA DOS FATOS E A AFERIÇÃO SOBRE A CORRETA APLICAÇÃO DO DIREITO AO CASO CONCRETO, NÃO HAVENDO OUTRA ALTERNATIVA SENÃO MANTER A SENTENÇA PELA SUA CONCLUSÃO. 4. RECURSO CONHECIDO, REPELINDO-SE A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E, NO MÉRITO, IMPROVENDO-O.

Decisão

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PRELIMINAR REJEITADA, SENTENÇA MANTIDA, POR UNANIMIDADE.

Neste sentido, decisão do **TAMG – AP 0350628-9**, prolatada em caso idêntico ao dos autos:

134001137 – APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados. (TAMG – AP 0350628 – Uberlândia – 1º C. Civ. – Rel. Juiz Silas Viera – J. 18.12.2001)

No entanto, a ré é parte legítima no pólo passivo da presente ação.

II – DOS FATOS:

ENDEREÇO: AV. BOULEVARD SENADOR ÁLVARO MAIA, 440, SALA 105- MANAUS-AM.
FONE/FAX: (92) 3622-2934 -CEL. 9991-0121, 9142-9252 - CEP: 69025-070
Email: maluadvogada@ibest.com.br – luizaribeiroadv@hotmail.com



MARIA LUIZA RIBEIRO

No dia 09 de dezembro de 1991, faleceu vítima de acidente automobilístico, conforme Certidão de Óbito em anexo, a filha da Requerente, e como a mesma não era legitimada pelo seu genitor, a Requerente, adquiriu o direito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causado por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, a vítima, morreu com 13 anos na condição de solteira e, desta forma nos termos da legislação vigente se tornou a único beneficiário do já mencionado Seguro.

Convém informar a esse, MM Juízo de que a autora, recebeu a indenização do seguro DPVAT, cujo pagamento foi liquidado em 23/08/1991, o sinistro no valor de Cr\$ 94.237,68, valor este, baseado no salário mínimo outorgado pela Lei 8.22/91, cujo valor era de Cr\$ 42.000,00. No entanto Excelência, a Seguradora pagou somente o equivalente a 2,24 salários mínimos, deixando desta forma de pagar cerca de 37,75 salários mínimos o que corresponderia, ao que aplica o termo legal no seu artigo 3º da Lei 6.194/74, que alberga a pretensão da Autora, ou seja pugnar pela diferença.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Como se observa no atestado de óbito juntado aos presentes autos, tem se como causa morte **LACERAÇÃO CEREBRAL FRATURAS CRANEANAS /CONTUSÃO DO CRANIO,** juntados ao Boletim de Ocorrência e, a declaração do IML – Laudo de Exame Cadavérico, tem-se o nexó de causalidade entre ao acidente de trânsito que vitimou a filha da Requerente.

Ainda a título de embasamento legal dispõe o art. 3º da Lei 6.194, de 19.12.74, que os danos pessoais cobertos pelo Seguro estabelecido pelo art. 2º desta mesma lei compreendem as indenizações por morte, no valor de 40 (quarenta) vezes do maior salário mínimo vigente no país.

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1.974



MARIA LUIZA RIBEIRO

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – no caso de morte;

Conforme e que determina a o artigo 5º da Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, que alterou o artigo 5º da Lei nº. 6.194/74, narra o seguinte:

LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992

Art. 5º.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso da morte;
Fortalecida pela sumula 257:

SÚMULA 257 – A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Neste sentido, decisão do **Superior Tribunal de Justiça**, prolatada em caso idêntico ao dos autos, publicada no **DJU** de **23/09/2002**:

116014620 – civil – seguro obrigatório (dpvat) – valor quantificado em salários mínimos indenização legal – critério – validade – lei nº



MARIA LUIZA RIBEIRO

6.194/74 – recibo – quitação – saldo remanescente
 – I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194-74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de monetária. Precedente da 2ª Seção de STJ (RESP nº 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12/2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie. III. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ – RESP 296675 – SP – 4ª T. – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior - DJU 23.09.2002)

Temos ainda, recentíssima decisão da 2º Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prolatada em caso idêntico ao dos autos, publicadas em 13/08/2003:

Classe do Processo: APELAÇÃO CIVEL NO JUIZADO ESPECIAL 20020111042323ACJ DF

Registro do Acórdão Número: 177127

Data de Julgamento: 13/08/2003

Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de D.F.

Relator: BENITO AUGUSTO TIEZZI

Publicação no DJU: 29/08/2003 Pág.: 140

(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUS. VIGÊNCIA DA LEI 6.194/74. DESNECESSIDADE DA PROVA DO RECOLHIMENTO DO PREMIO E DA APRESENTAÇÃO DO BILHETE DE SEGURO APVAT E/OU DO DUT.



MARIA LUIZA RIBEIRO

PREVALECE A LEI DE REGÊNCIA PARA O VALOR INDENIZATÓRIO. SUBSISTE A FIXAÇÃO EM SALÁRIO-MÍNIMO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUS* FAZ INCIDIR A NORMA LEGAL VIGENTE A ÉPOCA DO SINISTRO QUE DEU ENSEJO A POSTULAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT DO VEÍCULO ENVOLVIDO – LEI Nº 6.194, DE 19/12/74, QUE NÃO EXISTE A APRESENTAÇÃO DO BILHETE RESPECTIVO E/OU DO DUT PARA A COMPROVAÇÃO DE SEU PAGAMENTO (ART. 5º), ESTABELECENDO QUE, NO CASO DE MORTE, O VALOR INDENIZATÓRIO É O CORRESPONDENTE A 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS (ALÍNEA “A” DO ART. 3º) DA ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO (§1º DO ART. 5º). 2. É QUE, CONSOANTE JÁ ESTA ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA DO EXCELSO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74 NÃO FOI REVOGADO PELAS LEIS Nº 6.205/75 E 6.423/77, SUBSISTINDO O CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS ALI PREVISTO, POR NÃO SE CONSTITUIR, NO CASO, EM FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA, MAS SIM EM BASE PARA QUANTIFICAÇÃO DO MONTANTE RESSARCITÓRIO. 3. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, MANTENDO-SE ÍNTEGRA A R. SENTENÇA RECORRIDA.

Decisão

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, SENTENÇA MANTIDA, POR UNANIMIDADE.

VALOR DA COBERTURA DO SEGURO OBRIGATORIO: 40 SALÁRIOS MÍNIMOS COM BASE NO VALOR DA ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO

1. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil do veículo automotor (DPVAT) é de 40 salários mínimos, em vigor na data da liquidação (art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 8.441/92: “ Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro. Parágrafo 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias... ” O pagamento em salários mínimos não pode ser considerado, neste caso, um índice de correção monetária ou reajuste, assim, reiteradamente vem decidindo o STJ:



MARIA LUIZA RIBEIRO

**CIVIL. SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT). VALOR
QUANTIFICADO EM SALARIOS MINIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL.
CRITERIO. VALIDADE. LEI 6194/74.**

I - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade cível de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos. Assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária.

II - Recurso especial não conhecido.

**CIVIL. SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT). VALOR
QUANTIFICADO EM SALARIOS MINIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL.
CRITERIO. VALIDADE. LEI 6194/74.**

I - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade cível de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos. Assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária.

II - Recurso especial não conhecido.

(REsp. 153209/RS, rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p.265)

2. - Como já se acentuou, a Lei 6.194/74 é considerada o único texto legal que confere competência para fixar os valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. É relevante observar que o art. 5º, parágrafo primeiro da Lei 6.194/74, expressamente dispõe que a indenização será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro. Neste caso, a sentença a ser



MARIA LUIZA RIBEIRO

proferida liquidará o sinistro e, portanto, fixará o valor da indenização, com base no salário mínimo vigente na data do evento. Por outro lado, não há que se cogitar de revogação do art. 3º da Lei nº. 6174/74, pela Leis 6.205/75 e 6.423/77, porquanto ao adotar o salário mínimo como padrão para fixar a indenização devida, não como fato de correção monetária que estas leis buscam afastar (resp. 684.886/RJ, Resp. 296.675/SP, Resp. 178.868 /SP, Resp. 296.669/SP);

O acidente motivador da presente ação ocorreu na data de 09 de dezembro de 1991, e naquela ocasião estava plenamente em vigor a Lei 6.194/74 que em seu artigo 3 determina que:

Artigo 3º.....

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País no caso de morte.

Em uma análise mais criteriosa do caso em análise nos reportaremos a Lei de introdução ao CC que em seu artigo 6º determina o seguinte:

Artigo 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Parágrafo 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Parágrafo 2º Considera-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

Os artigos citados deixam claro que o direito da Autora esta devidamente amparada em Lei e a sua indenização deverá ser o do valor da época do acidente 10/06/1992, ou seja, 40 salários mínimos.

Sobre os salários mínimos que deverão servir de parâmetro buscaremos a solução no artigo 5º da lei 6.194/74 que determina.

Artigo 5º...



MARIA LUIZA RIBEIRO

Parágrafo 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro...

Nesta condição **requer-se a condenação da Requerida, determinando o pagamento da respectiva indenização nos termos pleiteados na Inicial, assegurando que seja pagos o valor correspondente ao direito da requerente**

É exatamente o caso dos autos.

IV – DAS ATUALIZAÇÕES:

ENUNCIADOS DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007.

16 (novo) - Nos casos de diferença ou complementação de seguro DPVAT por morte, contam-se os juros legais a partir do pagamento administrativo a menor; e a correção monetária, a partir da data de vigência do salário mínimo, quando da prolação da sentença. (aprovado na Reunião de 16 de março de 2007)

ENUNCIADOS DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007.

16 (novo) - Nos casos de diferença ou complementação de seguro DPVAT por morte,



MARIA LUIZA RIBEIRO

contam-se os juros legais a partir do pagamento administrativo a menor; e a correção monetária, a partir da data de vigência do salário mínimo, quando da prolação da sentença. (aprovado na Reunião de 16 de março de 2007)

IV – DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Requer ainda sejam concedidos a autora os benefícios da gratuidade judiciária, uma vez que é pobre no sentido legal, não tendo condições de custear as despesas processuais sem o prejuízo do próprio sustento, nos termos da Lei 1.060, de 05.02.50.

V – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto requer a condenação de ré ao pagamento de quantia equivalente e correspondente a diferença 37,75 salários mínimos á época do pagamento a menor, ou seja, 23/08/1991, devendo ser liquidados com juros legais a partir da data do pagamento administrativo a menor e com juros de mora de 1% ao mês, ate a data do efetivo pagamento, e:

a) Seja deferido o pedido aos benefícios da gratuidade judiciária, em caso de haver a necessária interposição de recurso pela requerente;

b) A citação da Requerida, na pessoa de seus representantes legais, por carta registrada com AR, no endereço acima citado, na forma dos arts. 222 e 223 do CPC, para querendo contestara presente, no prazo legal e sob as penas da lei;

c) Ao final, seja a presente ação julgada procedente, condenando a ré aos pagamentos que são devidos aos autores, devidamente atualizada conforme e que determina o Novo Código Civil Brasileiro – Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

d) Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes em 20% (vinte por cento) sob o valor atribuído a causa, caso haja recurso interposto pela Requerida;



MARIA LUIZA RIBEIRO

e) Requer provar o alegado por todos os meios da prova admitidos em direito, documental, pericial, bem como demais modalidade que se fizerem necessárias à intenção da lide;

f) No caso de haver algum pagamento a título de verba pleiteada na presente ação, que seja o eventual valor abatido na condenação, condenando-se a ré na diferença a ser paga, referente aos 40 salários mínimos, o que é determinado pela lei nº 6.194/74 em seu artigo 3º;

g) Requer ainda, a inversão do ônus da prova.

Dá-se à presente, para os efeitos legais, o valor de R\$ 16.600,00 (Dezesseis mil e seiscentos reais).

Nestes Termos
Pede Deferimento

Manaus - AM, 10 de novembro de 2008.

Maria Luiza Ribeiro
OAB/AM 3066

e Antonio Claudio Maximiano
OAB/PR 28.165

ANEXADOS:

Procuração;

RG e comprovante de residência da autora;

Certidão de óbito;

Boletim de ocorrência;

Laudo cadavérico; Certidão emitida pela DEAT.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): *Libia Rodrigues Carlos, brasileira, solteira, costureira, portadora do RG. nº 0160783-9 SSP/AM e CPF nº 347.442.902-72 M/F, residente e domiciliada nesta capital na Rua 3 de Setembro nº 331, Bairro Tapim I.*

OUTORGADO: Nomeia e constitui por este instrumento particular de procuração **MARIA LUIZA N. RIBEIRO**, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/AM 2066 e **ANTONIO CLAUDIO MAXIMIANO**, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PR sob o nº 28.165, com escritório profissional na Av. Boulevard. Senador Álvaro Maia n 440, sala 105 Centro Cep 69.025-070 na cidade de Manaus AM..

PODERES: o(s) outorgante(s) acima qualificados e no final assinado(s) nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado acima qualificado a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com as cláusulas "AD JUDICIA ET EXTRA", segundo o disposto no art. 70, §§ 3º, 4º e 5º da Lei nº 4.215 de 27/04/63, mais os reservados nos arts. 38 e 991, III do CPC, podendo propor, portanto contra quem de direito as ações competentes e defender, nas contrárias, em qualquer juízo, Instância, Tribunal ou esfera administrativa, seguindo umas e outras até final decisão, requerendo e assinando o que preciso for, praticando, enfim, todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato; tendo ainda poderes especiais de transigir, desistir, dar e receber, e ainda dar quitação; e ainda representar o outorgante em repartições públicas municipais, estaduais e federais e principalmente para propor Ação de Cobrança referente ao seguro DPVAT.

Manaus, 12 de Setembro de 2007.

Libia Rodrigues Carlos





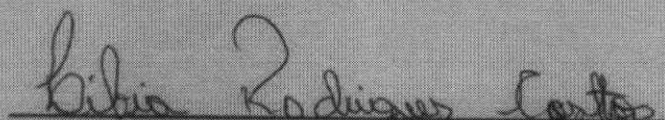
COSTUREIRO
SOLTEIRO.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **LIBIA RODRIGUES CARLOS**, brasileira, solteira, costureira, portadora do RG nº0160783-9 SSP/AM e inscrita no CPF nº. 347.442.902-72M/F, **DECLARO** para os devidos fins de direito, que resido nesta Capital, à Rua 05 de Setembro, nº. 231, Bairro Japim I.

Por ser verdade, firmo a presente.

Manaus/AM, 03 de Março de 2008.


LIBIA RODRIGUES CARLOS

TALÃO N.º _____

PÁGINA N.º _____



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE AMAZONAS/
 COMARCA DE MANAUS/
 MUNICÍPIO DE MANAUS/
 DISTRITO DE MANAUS/

Bel. Norceu Santiago de Oliveira

Oficial do 3.º Cartório do Registro Civil

Av. 7 de Setembro, 1251 - Sobreloja - Ed. Antonio Simões

ÓBITO N.º 06.133/

CERTIFICO que às fls. 180/, do livro n.º 96/ de Registro de
 Óbito foi lavrado hoje o assento de ANTONIA CIMARA CARLOS SARATVA
 , falecida a 09/ de dezembro/ de 19 90/
 às 09:30/ horas em Pronto Socorro Getulio Vargas, nesta cidade/

do sexo feminino/, de cor x x x x x x, profissão Estudante/

natural de Estado do Amazonas/

Residente e domiciliada nesta cidade/

com 13 anos/ de idade, estado civil x x x x x x x x

filha a de x x x x x x x x

e dona Libia Rodrigues Carlos/

Foi declarante _____

sendo o atestado de Óbito firmado por Dr. Helder Freitas Alagia/

que deu como causa de morte Laceração Cerebral/

Fraturas Cranianas/Contusão do Crânio/

e o sepultamento feito no cemitério de Santa Helena, nesta cidade/

Observações: _____



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
DELEGACIA INTERDICIPLINAR DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

BOLETIM N.º

Manaus, 14 de dezembro de 1990



Handwritten notes and signatures:
Tirou 90%
[Signature]
[Signature]

Levo ao vosso conhecimento, para as necessárias providências, a seguinte ocorrência:

Natureza do delito: ATROPELAMENTO COM VÍTIMAS FATAL E LESIONADAS

Local: Estrada do Contorno - Japim

Data: 08. 12. 90

Hora: 21:00

Vítimas: LEONAN e KEILA ARAÚJO DA SILVA e ANTONIA CIMARA CARLOS SARAIVA
rua 5 de Setembro, nº 231 - Japiimlândia

Indiciados: ANTONIO SÉRGIO ALMEIDA DE ARAÚJO - rua Uirapuru nº 07
Coronado II, ou Monsenhor Continho, nº 259, centro

Objeto do exame: RECONSTITUIÇÃO DO ACIDENTE ACTIVO MENCIONADO

Observações: veículo: ZH-2382 - Brasília

COPIA DESTA SER ENVIADA: LAU

Atenciosas saudações.

Q. Delegado de Polícia

Bel. Aluísio Celso A. Caldas
Intendente da IATPV



DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ACIDENTES DE TRÂNSITO DEAT

CERTIDÃO

EDMUNDO ALENCAR DA SILVA, Escrivão
de Polícia Civil, lotado nesta DEAT, usando das atribuições que lhes
são conferidas por Lei, etc.

CERTIFICA, a requerente verbal da parte interessada, que revendo o Livro de Ocorrências desta Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito - DEAT, na permanência do dia 17 de DEZEMBRO do ano de 1990, achei, às fôlhas 34, lavrada entre outras a seguinte ocorrência, "As 18.00 horas- **COMUNICAÇÃO DE ATROPELAMENTO COM VITIMA FATAL** - A senhora LIBIA RODRIGUES CARLOS, amazonense do Careiro, com 40 anos de idade, solteira, costureira, RG 16101783-AM, residente na rua 05 de Setembro n. 231 - Japiim I, nos comunicou que no dia 08 de dezembro de 1990, por volta das 21.00 horas, na Estrada do Contorno, Japiim, a sua filha de nome ANTONIA CIMARA CARLOS SARAIVA, de 13 anos de idade, foi atropelada por um veículo tipo Brasília placa ZH-2382, que evadiu-se do local sem prestar socorro para a vítima, a qual foi levada para o Hospital Getulio Vargas, onde faleceu as 09.30 horas do dia 09 de dezembro de 1990, conforme Certidão n. 06133, fls. 180, Livro 96 - do 3º Cartório de Registro civil.. **ANOTADO. DADO E PASSADO EM MEU CARTÓRIO NA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AOS VINTE E SETE (27) DIAS DE FEVEREIRO DE 2008.**

EDMUNDO ALENCAR DA SILVA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA
MAT. Nº 007-745-3-C

[Assinatura manuscrita]
Edmundo Alencar da Silva
Escrivão de Polícia
Mat. 007.745-3-C

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO - CIENTÍFICA
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL "DR. ANTONIO HOSANNAH DA SILVA FILHO"

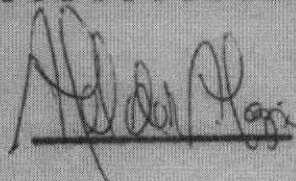
I.A.T

Laudo de Exame Cadavérico (Necrópsia na forma abaixo.

Aos 09(NOVE) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na Sala de Necrópsia do Instituto Médico Legal, presentes os senhores doutores HELD'R FREITAS ALAGIA e FLAMIR DA SILVA VICTÓRIA médicos-legistas, procedeu-se ao exame cadavérico (necrópsia) no cadáver de ANTONIA CIMARA C RIOS SARAIVA com 13 anos de idade, de cor branca, profissão professora, residente Rua 09 de Setembro 231-Japiim I., respondendo-se aos seguinte quesito: 1º. - Se houve morte? 2º. - Qual a causa da morte? 3º. - Qual o instrumento ou meio que produziu a morte; 4º. - Se produzida por meios de veneno, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meios insidioso ou cruel? Em consequência, passaram os peritos a fazer o exame competente, findo o qual declararam: que examinando o cadáver de ANTONIA CIMARA CARLOS SARAIVA

verificaram apresentar: **SINAIS DE MORTE:** Ausência de movimentos cardíaco-respiratórios, manchas de hipostase, rigidez cadavérica. **HÁBITO EXTERNO:** Escoriação em região zigomática direita, deformidade do crânio à esquerda (afundamento). **HÁBITO INTERNO:** Realizada incisão bi-mastóidea em couro cabeludo, constituindo dois retalhos cutâneos ditos respectivamente anterior e posterior, evidenciando afundamento da tábua óssea à esquerda, interessando as seguintes regiões: temporal, parietal e occipital, com 25 (vinte e cinco) centímetros de extensão, demonstrando laceração do parênquima cerebral e volumoso hematoma sub dural. Em virtude da falta de condições técnicas, optaram os Peritos pela não abertura total da caixa craniana. **Tórax e Abdome:** Realizada incisão mediana fúrculo pubiana, afastados planos moles (pele, sub cutâneo, músculos), foi realizada abertura da caixa torácica através da retirada do plastrão condro-esternal, evidenciando pulmões edemaciados e aumentados de volume, abdome sem alterações macroscópicas significativas. **COMENTÁRIO:** As lesões são compatíveis com aquelas produzidas por ação contundente de grande intensidade sobre o crânio. AOS QUESITOS RESPONDEM: 1º SIM; 2º LACERAÇÃO CEREBRAL/FRATURA CRANIANA; 3º AÇÃO CONTUNDENTE; 4º NÃO. E por ser verdade lavrei este laudo que depois de lido e achado conforme, será assinado pelos senhores doutores acima citados e por mim ROSE MARY, o ditilografei e assino.

VISTO: 
DRA. ELIZABETE BEZERRA DE AZEVEDO.
Diretora do I.M.L.





ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

CERTIDÃO

Processo nº:015.08.211392-5
Classe: Cobrança/Juizado Especial Cível
Requerente:Libia Rodrigues Carlos
Requerido:Bradesco Seguro S/A

Certifico para os devidos fins, que a audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento foi designada para o dia 07/01/2009 às 10:30h na Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível).

A referida audiência ocorrerá na 1ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim nº 285, 1º andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6203, Manaus-AM - E-mail: 1jcivel@tj.am.gov.br.

Manaus, 18 de novembro de 2008

A assinatura manuscrita de Geórgia Frazão Brito, em uma caligrafia cursiva.

Geórgia Frazão Brito
Diretor(a) de Secretaria

Rua Alexandre Amorim nº 285, 1º andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6203, Manaus-AM - E-mail: 1jcivel@tj.am.gov.br



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO

Pedido:015.08.211392-5
Ação: Cobrança/Juizado Especial Cível
Requerente:Libia Rodrigues Carlos
Requerido:Bradesco Seguro S/A

A Libia Rodrigues Carlos
Endereço: Rua 03 de Setembro, 231, Japiim
Manaus-AM
CEP 69000-000

Fica V. S.a. intimada de que sua audiência de conciliação, instrução e julgamento relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 07/01/2009 às 10:30h, na sede deste Juízo, no endereço abaixo indicado.

Manaus, 18 de novembro de 2008.

A assinatura manuscrita de Geórgia Frazão Brito.

Geórgia Frazão Brito
Diretora de Secretaria



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO

Pedido:015.08.211392-5
Ação: Cobrança/Juizado Especial Cível
Requerente:Libia Rodrigues Carlos
Requerido:Bradesco Seguro S/A

A Maria Luiza do Nascimento Ribeiro
Endereço: Av. Boulevard Alvaro Maia, 440, 1º Andar - Sala 105, Centro
Manaus-AM
CEP 69025-070

Fica V. S.a. intimada de que sua audiência de conciliação, instrução e julgamento relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 07/01/2009 às 10:30h, na sede deste Juízo, no endereço abaixo indicado.

Manaus, 18 de novembro de 2008.

A assinatura manuscrita de Geórgia Frazão Brito, em uma caligrafia cursiva.

Geórgia Frazão Brito
Diretora de Secretaria



ESTADO DO AMAZONAS

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Carta de Citação

Processo: 015.08.211392-5 Manaus, 18 de novembro de 2008

Classe: Cobrança

Requerente: Libia Rodrigues Carlos

Requerido: Bradesco Seguro S/A

Para: Bradesco Seguro S/A

Endereço: :Avenida Constantino Nery, 1408, São Geraldo

Manaus-AM

CEP 69050-000

Comunico-lhe que o(a) Sr.(a) Libia Rodrigues Carlos, já devidamente qualificado(a), registrou a Reclamação que tomou o n.º 015.08.211392-5, neste Juizado, contra V. Sa., conforme cópia anexa.

Objetivando evitar que seja promovida ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica V.Sa. citada a comparecer à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento da 1ª Vara do Juizado Especial Cível designada para 07/01/2009 às 10:30h, sito à Rua Alexandre Amorim nº 285, 1º andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6203, Manaus-AM - E-mail: 1jcivel@tj.am.gov.br.

Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenta a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas.

Atenciosamente,

Geórgia Frazão Brito
Diretor(a) de Secretaria

OBSERVAÇÕES:

1. A presente objetiva a citação de V.Sa., por todo o conteúdo do pedido (cópia anexa) contra a sua pessoa, deduzido neste Juizado;
2. A sua resposta poderá ser apresentada na audiência de conciliação, por escrito ou oralmente, por si ou através de advogado, sendo imprescindível que se esclareça que nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória;
3. Não comparecendo V.Sa., à audiência supra marcada, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95;
4. Não ocorrendo a conciliação, a audiência prosseguirá com a Instrução e Julgamento, devendo V. Sa. Trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores;
5. Tratando-se o citando de pessoa jurídica, deve apresentar na primeira audiência designada a necessária carta de preposto para legal representação;
6. Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90;
7. Adverte-se o Réu para a comunicação que deverá fazer ao Juizado caso mude de endereço, do contrário, nos termos do § 2º do art. 19 da Lei 9.099/95, reputam-se eficazes eventuais intimações dirigidas ao primitivo endereço;
8. O citando está ciente da possibilidade de inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes na hipótese de ser vencido e não liquidar a sua dívida.

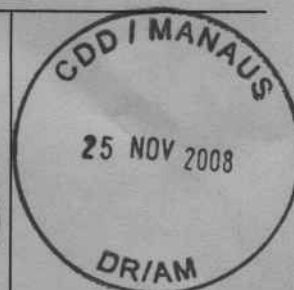
**CORREIOS****AR** AVISO DE
RECEBIMENTO**DESTINATÁRIO**

Maria Luíza do Nascimento Ribeiro
Av. Boulevard Alvaro Maia, 440, 1º Andar - Sala 105, Centro
69025-070, Manaus, AM

AR975662546TJ

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Secretaria da 1ª Vara dos Juizados Especiais Civ
Rua Alexandre Amorim, nº 285, 1º Andar, Aparecida
69010-300, Manaus, AM

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª ____/____/____ : ____ h
2ª ____/____/____ : ____ h
3ª ____/____/____ : ____ h

ATENÇÃO

Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

S. Maca *S. Paula*

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)

015082113925-00000-002

(Proc. digital) 07/01/2009

AUDIÊNCIA

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| ☐ 1 Mudou-se | ☐ 5 Recusado |
| ☐ 2 Endereço insuficiente | ☐ 6 Não procurado |
| ☐ 3 Não existe o número | ☐ 7 Ausente |
| ☐ 4 Desconhecido | ☐ 8 Falecido |
| ☐ 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

Fredson Freitas da Silva
Carteiro

Mat. 8.084.073-2
Fuzo

DATA ENTREGA

25.11.08

Nº DOC. DE IDENTIDADE

2081272-4

AC/Fórum MV
015082113925-00000-001

9912202496-DR/AM



CORREIOS

AR AVISO DE
RECEBIMENTO

DESTINATÁRIO

Libia Rodrigues Carlos
Rua 03 de Setembro, 231, Japiim
69000-000, Manaus, AM

DESTINATÁRIO

Libia Rodrigues Carlos
Rua 03 de Setembro, 231, Japiim
69000-000, Manaus, AM

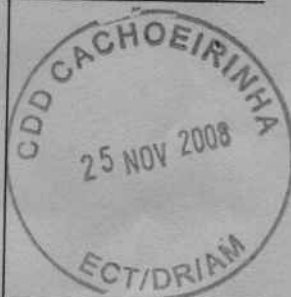
AO REMETENTE

AR975662532TJ



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Secretaria da 1ª Vara dos Juizados Especiais Cív
Rua Alexandre Amorim, nº 285, 1º Andar, Aparecida
69010-300, Manaus, AM



REMETENTE

Secretaria da 1ª Vara dos Juizados Especiais
Cív
Rua Alexandre Amorim, nº 285, 1º Andar,
Aparecida
69010-300, Manaus, AM

RL975662532BR



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / : h
2ª / / : h
3ª / / : h

ATENÇÃO

Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)

015082113925-00000-001 (Proc. digital) 07/01/2009

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| ☐ 1 Mudou-se | ☐ 5 Recusado |
| ☐ 2 Endereço insuficiente | ☐ 6 Não procurado |
| ☐ 3 Não existe o número | ☐ 7 Ausente |
| ☐ 4 Desconhecido | ☐ 8 Falecido |
| ☐ 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Allan Serrão Almeida
CARTEIRO II
MATRÍCULA 8054139-0

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

BAIRRO



MARIA LUIZA RIBEIRO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS - ESTADO DO AMAZONAS.

1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recebido em 07/01/09

Às 08 : 20 horas

Obs.: _____

a) _____

Autos : 015.08.211392-5

LÍBIA RODRIGUES CARLOS, já devidamente qualificada dos autos postulando por sua advogada e procuradora infrafirmados, nos autos de **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que promove contra **BRANCO AUTO/RE CIA. DE SEGUROS**, vêm respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para dizer e ao final requerer o que segue:

Que foi informado na *exordial* equivocadamente o nome da Rua como 3 de setembro, ***quando na verdade o endereço da autora fica situado na Rua 5 de setembro nº 231, Bairro Japiim 1***, conforme comprovante de residência em anexo.

Isto posto, requer a Vossa Excelência que seja remarcada nova audiência de conciliação, tendo em vista que a requerente deixou de receber sua citação.

Nestes termos

Pede deferimento.

Manaus, 06 de janeiro de 2009.

Maria Luiza Ribeiro

OAB/AM 3.066

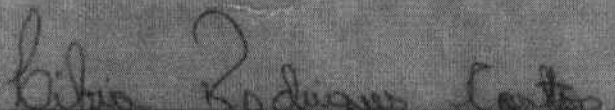
ENDEREÇO: AV. BOULEVARD SENADOR ÁLVARO MAIA, 440, SALA 105- MANAUS-AM.
FONE/FAX: (92) 3622-2934 -CEL. 9991-0121, 9142-9252 - CEP: 69025-070
Email: maluadvogada@ibest.com.br - luizaribeiroadv@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **LIBIA RODRIGUES CARLOS**, brasileira, solteira, costureira, portadora do RG nº0160783-9 SSP/AM e inscrita no CPF nº. 347.442.902-72M/F, **DECLARO** para os devidos fins de direito, que resido nesta Capital, à Rua 05 de Setembro, nº. 231, Bairro Japim I.

Por ser verdade, firmo a presente.

Manaus/AM, 03 de Março de 2008.


LIBIA RODRIGUES CARLOS



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Processo nº: 015.08.211392-5
Requerente: Libia Rodrigues Carlos
Patrono do Requerente: Maria Luiza do Nascimento Ribeiro OAB 3066/AM
Requerido: Bradesco Seguro S/A, CNPJ 33.055.146/0001-93

TERMO DE AUDIÊNCIA – AUSÊNCIA DAS PARTES

No dia 07 de janeiro de 2009, efetuado o pregão no horário aprazado, constatou-se a ausência do Requerente e a ausência do Requerido, todavia, considerando a informação consignada pelo agente postal no AR de fls. 26, o número é inexistente, daí não sendo possível asseverar que o requerente fora devidamente intimado para esta audiência.

Salienta-se, ainda, que a requerente compareceu a este Juizado Especial Cível e apresentou atualização do endereço, bem com a mesma manifestou verbalmente que contactou com a parte requerida para que fosse redesignada a sessão conciliatória.

Assim sendo, faço conclusão destes autos ao MM Juiz de Direito desta 1ª Vara do Juizado Especial Cível para a devida manifestação.

Nada mais havendo, foi dado por encerrada a presente audiência e seu termo, depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado.

Assinatura manuscrita de Diego Andrade de Oliveira.

Diego Andrade de Oliveira
Conciliador



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Processo nº: 015.08.211392-5

Requerente: Libia Rodrigues Carlos

Patrono do Requerente: Maria Luiza do Nascimento Ribeiro OAB 3066/AM

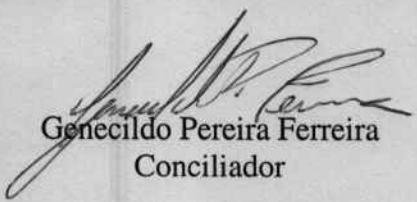
Requerido: Bradesco Seguro S/A, CNPJ 33.055.146/0001-93

TERMO DE AUDIÊNCIA – AUSÊNCIA DAS PARTES

No dia 07 de janeiro de 2009, efetuado o pregão no horário aprazado, constatou-se a ausência do Requerente e a presença do preposto do Requerido, bem como apresentou carta de preposição, substabelecimento, contrato social e contestação, todavia, considerando a informação consignada pelo agente postal no AR de fls. 115, **o número é inexistente**, daí não sendo possível asseverar que a requerente fora devidamente intimada para esta audiência.

Assim sendo, diante do exposto, fica redesignada a sessão conciliatória para o dia 16 de março de 2009, às 09:00h.

Nada mais havendo, foi dado por encerrada a presente audiência e seu termo, depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado.


Genécildo Pereira Ferreira
Conciliador

Preposto do Requerido:

Felipe Isaac de V. Nakamura

387404 - C1 / 2008-21320 / M

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Pedro Andrade
Joselaine Maura
Claudia Moia
Rachel Rosenberg
Danielle Nogueira
Antonia Costa

Andresa Sena
Julia Lins
Juliana Rolim
Cristiane Oliveira
Felipe Sherman
Flavia Nonato

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Fernanda Passarelli
Lilah Fonseca
Caroline Caldas

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE MANAUS / AM.

Processo n.º 015.08.211392-5

BRADESCO SEGUROS S/A, empresa seguradora com sede à Avenida Paulista, 1415, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01311-200, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.146/0001-93 e e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LIBIA RODRIGUES CARLOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença V. Exa., com fulcro nos artigos 30 e seguintes da Lei Adjetiva 9.099/95, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua:

C O N T E S T A Ç Ã O

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS ALEGADOS NA PEÇA VESTIBULAR

Alega a Autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **ANTONIA CIMARA CARLOS SARAIVA**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **08/12/1990**.

Desta maneira, de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, realizou o pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, junto à Ré, que, realizou o pagamento de tal verba na monta de **Cr\$ 94.237,68 (Noventa quatro mil duzentos trinta sete cruzeiros e sessenta oito centavos) que corresponde a 50%(cinquenta por cento) da verba indenizatória devida pois os outros 50%(cinquenta por cento) foram pagos a outra beneficiária, qual seja, MARIA DAS GRAÇA MONTEIRO DE CASTRO**, conforme pode ser cabalmente comprovado através do sistema **MEGADATA COMPUTAÇÕES**, anexado aos autos.

Assim sendo, por entender, equivocadamente, que o valor da indenização corresponde a 40 (quarenta) salários mínimos, ingressaram com a presente ação, pleiteando a suposta diferença entre o valor efetivamente percebido e o que entende ser devido, referente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT.

DA COMPROVADA REALIDADE DOS FATOS

Cumpra a Ré informar que, conforme tela **MEGADATA**, reguladora de todos os sinistros decorrentes de pedido junto às segurados integrantes do CONVENIO DPVAT.

Na realidade, conforme demonstrado acima, o sinistro em questão já foi objeto de análise e pagamento no importe de **Cr\$ 94.237,68 (Noventa quatro mil duzentos trinta sete cruzeiros e sessenta oito centavos)**, valor indenizável correspondente ao quinhão da beneficiária ora Autora previsto pela Resolução vigente à época do pagamento.

Portanto, não há que se falar em pagamento devido a Autora, vez que a mesma já recebeu valor indenizável, pois a Ré pagou devidamente aos beneficiários da sinistrada sendo o total máximo indenizável na época do pagamento rateado entre os mesmos, sendo totalmente descabido o pleito de indenização integral da mesma.

DESTA FORMA, ACREDITA A RÉ ESTAR FADADA A PRESENTE AÇÃO AO INSUCESSO!

PRELIMINARMENTE

DA SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO PASSIVO DA PRESENTE DEMANDA

- SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT -

Inicialmente, cumpre destacar que a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A **Resolução CNSP de n.º 154** determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os **Consórcios do Seguro DPVAT** - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT** já detém autorização da **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP**, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme **Portaria n.º 2797/07**.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

"CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.
(...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO." (g.n.).

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da **SUBSTITUIÇÃO** ora pleiteada, senão vejamos:

"§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Desta forma, é de fácil visualização que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**.

Ressalte-se, em perfeito atendimento ao Princípio da Eventualidade, que a substituição em apreço não acarretará qualquer tipo de lesão ao perfeito cumprimento das obrigações, caso seja julgada procedente a presente demanda.

Tem-se que o entendimento do 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS, ao julgar o processo de n.º 30800228713, acolhendo os fatos ora dispostos, deferindo a substituição do pólo passivo da demanda, senão vejamos:

"Inicialmente, acolho a substituição da Ré Bradesco Cia de Seguros pela Ré Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, tendo em vista que esta última foi criada recentemente com a finalidade de administrar o seguro obrigatório de acidentes de trânsito nos termos da Resolução nº 154, artigo 5º, §3º do CNSP e Portaria nº 2.797/07."

Desta forma, sopesando-se os fatos supracitados, requer a substituição do pólo passivo da presente demanda, para que passe a figurar como Rés na presente demanda a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**.

MÉRITO

EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO OUTORGADA DE PRÓPRIO PUNHO - TRANSAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA

Sem embargo das preliminares suscitadas, vem a Ré, em homenagem ao Princípio da Eventualidade, debater o mérito da demanda.

É incontroverso na presente demanda que a parte Autoral recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

É usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"...com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita a Seguradora reguladora do sinistro.

É de corrente sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autoral deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 da Lei 10.406/02, denominado Novo Código Civil, que estabelece, *in verbis*:

"Art. 849. A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa."

Ademais, as nulidades a que se refere o art. 171 do Novo Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo Códex), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expreso dos eventuais interessados.

Não obstante, a parte Autoral não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!!!

E de mais a mais, não podendo o M.M. Juízo decidir a causa de maneira diversa da requerida pela parte Autoral conforme estabelece o artigo 460 da Lei Adjetiva Civil, temos que o ato jurídico liberatório da obrigação deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente válido, o que conduz à total improcedência dos pedidos.

Restando a quitação válida em todos os seus termos, os devedores estão exonerados de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes! Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum*, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento, conforme amplamente demonstrado nesta peça de bloqueio.

Assim, aliás, conforme inteligência do *Novel Código Civil*, no seu artigo 840, temos que:

"Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas."

Corroborando com a tese ora sustentada, a melhor Jurisprudência já se manifestou favoravelmente a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramalhete).

É pleno de logicidade que a Seguradora, ora Ré nada fez para constranger a parte Autoral a celebrar acordo e efetivamente receber o *quantum* indenizatório na esfera administrativa.

Ademais, temos que a parte Autoral poderia, e quíça deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, certo é que a Seguradora limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância convencionada.

Certo é que o pedido constante na exordial é manifestamente improcedente, haja vista a transação realizada em âmbito administrativo quanto ao valor da verba indenizatória oriunda do Seguro DPVAT, não podendo a seu bel prazer pleitear suposta diferença indenizatória sem qualquer embasamento legal.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito Autoral, deve o feito ser **julgado extinto com julgamento de mérito**, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

**DA COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR INSTRUÇÕES E EXPEDIR
CIRCULARES RELATIVAS À REGULAMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o valor pago a Autora a título de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, foi efetuado em total consonância à Lei, não havendo qualquer embasamento jurídico que autorize a pretensão da Autora de

receber complementação indenizatória, a qual caracteriza tentativa de enriquecimento sem causa.

A modalidade do seguro DPVAT possui as seguintes garantias: morte, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas de assistência médica e suplementares.

Importante ressaltar que a atividade seguradora é fiscalizada pela SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, entidade autárquica normatizadora e fiscalizadora da atividade securitária.

Com efeito, a atividade seguradora sofre forte intervenção estatal, de forma que as cláusulas contratadas não são estipuladas ao livre arbítrio das seguradoras. Ao contrário, são fixadas pela SUSEP no exercício da competência que lhe confere o artigo 36, "b" do Decreto-Lei nº 73/66 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências) confere à SUSEP a prerrogativa de *"baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP"*.

Por meio do art. 6º do referido Decreto-Lei o Governo Federal delegou ao CNSP e SUSEP a regulamentação das operações de seguro.

Instituído pela Lei nº 6.194/74, que no art. 12 previu que *"O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei"*, o Seguro DPVAT teve sua disciplina assentada na Resolução CNSP nº 1/75, a qual aprovou suas normas disciplinadoras.

Dessa forma, o valor efetivamente pago a Autora quando da reclamação por ela formulada em sede administrativa acha-se em absoluta consonância com a CARTA CIRCULAR - CONV - DPVAT -que vigorara à época, e.

Destarte, o que a Autora pretende é usar a máquina do Judiciário para locupletar-se ilicitamente, vez que, além de já ter recebido a indenização, dera plena, rasa, geral, total e irrevogável quitação à Ré, agindo de forma contrária à Lei ao propor a presente ação.

DA IMPOSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO

Quanto ao preceito contido no artigo 3º, alínea "a", da Lei nº. 6.194/74, o qual estabelece o valor da indenização até 40 salários mínimos, esclarece a Ré que dita norma foi revogada

pelas Leis nº. 6.205/75 e 6.423/77, as quais, expressamente, proíbem a vinculação e a correção baseada no salário mínimo.

Merece destaque a redação do art. 1º da Lei nº. 6.205/75, assinala-se, EDITADA POSTERIORMENTE à Lei nº. 6.194/74, e que veda a adoção do salário mínimo como base de cálculo:

"Art. 1º. Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito".

Outrossim, inciso IV do art. 7º da Constituição Federal de 1988 igualmente proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim:

"Art. 7º.

(...)

IV - Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Em suma, o controvertido artigo 3º, inciso "a", da Lei nº. 6.194/74 sequer foi recepcionado pela CRFB/88.

Tal debate já foi objeto inclusive de julgamento pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA que apreciando e julgando o Recurso Especial nº. 4.394/SP (acórdão publicado no DJU de 03.12.90) manifestou entendimento desfavorável à pretendida vinculação do salário mínimo para efeito de pagamento do seguro DPVAT. Vejamos:

"SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRETENSÃO A QUE O VALOR SEJA FIXADO COM BASE NO SALÁRIO MINIMO. IMPOSSIBILIDADE, DIANTE DA LEI N. 6205/75, QUE DESCONSIDEROU, PARA QUAISQUER FINS, OS VALORES MONETÁRIOS FIXADOS COM BASE NO SALÁRIO MINIMO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."

(Rel. Min. Nilson Naves, Terceira Turma, RSTJ v. 23, p. 294) (n.g.)

Certo é, portanto, o artigo 3º, alínea "a", da Lei nº. 6.194/74 não se aplica à hipótese vertente, seja porque não está mais em vigor, seja porque não foi recepcionado pela Carta Constitucional vigente.

Assim, não há que se cogitar de indenização no valor equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para pagamento do seguro DPVAT.

Com efeito, o valor da indenização é aquele determinado por meio de cálculos atuariais pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, órgão integrante do Ministério da Fazenda, valor este fixado em tabela que foi inteiramente respeitada pela Ré ao efetuar o pagamento da indenização.

Repita-se à exaustão: à época da regulação do sinistro noticiado, a legislação vigente era a Resolução do CNSP n° 1380/88, que determinava o teto máximo indenizável de Cr\$ 188.475,37 (cento oitenta oito mil e quatrocentos setenta cinco cruzeiros e trinta sete centavos) este rateado entre os herdeiros. Sendo assim, no caso em tela a Autora recebeu de acordo com o seu quinhão Cr\$94.237,68 (Noventa quatro mil duzentos trinta sete cruzeiros e sessenta oito centavos).

Portanto, resta claro que a Ré efetuou, corretamente, o pagamento da indenização a Autora, não havendo qualquer complementação indenizatória a pagar, tampouco em relação a 40 (quarenta) salários mínimos, motivo pelo qual se requer a improcedência do pedido inicial.

DO VALOR INDENIZÁVEL NA HIPÓTESE DE CONDENAÇÃO DA RÉ

Conforme disposto na Lei 6.194/74, temos que o valor pago em caso de morte terá como base o **salário mínimo vigente à época da liquidação do sinistro**, ou seja, deverá ter como base a data de 23/08/1991.

Nesse sentido, temos que:

"Art. 5° ...

§1° - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários..."

Desta maneira, cumpre esclarecer que na remota hipótese de condenação da Ré, o que definitivamente não se espera, deve-se observar os cálculos ora apresentados.

Cumpre destacar, que o valor indenizado a Autora à época do pagamento, estava em perfeita consonância com o limite máximo da Resolução CNSP n°. 1380/88, ou seja, temos que a Autora já recebeu o valor devido em função do falecimento de seu ente querido correspondente ao seu quinhão.

Conforme demonstrado, a Autora recebeu em sede administrativa, a quantia de Cr\$94.237,68 (Noventa quatro mil duzentos trinta sete cruzeiros e sessenta oito centavos), em função do falecimento de seu ente querido.

Desta forma, pedimos escusas para demonstrar simples conta aritmética, vejamos:

INDENIZAÇÃO PAGA EM 08/1991

Cr\$ 94.237,68

SALÁRIO MÍNIMO EM 07/1991

Cr\$ 42.000,00

VALOR INDENIZADO:

Cr\$ 94.237,68 - 50% (cinquenta por cento) do limite máximo indenizável e os outros 50% (cinquenta por cento) para beneficiária MARIA DAS GRAÇAS MONTERIO DE CASTRO.

Cr\$ 94.237,68 : Cr\$ 42.000,00 = 2,24 SALÁRIOS MÍNIMOS

Valor este devidamente paga a Autora, à época do pagamento.

MAXIMO DE DIFERENÇA DEVIDA:

20 s.m. - 2,24 s.m. = 17,76 SALÁRIOS MÍNIMOS

Em relação ao salário mínimo à época do pagamento.

Então, temos que o máximo valor indenizável deveria seguir o limite de 17,76 salários mínimos, vinculando-se o salário mínimo vigente à época do pagamento, vez que este é o limite para se chegar aos 20 salários mínimos correspondente ao seu quinhão tendo vista que o rateio entre os herdeiros.

ASSIM: 17,76 s.m. x Cr\$ 42.000,00= Cr\$ 42,017,76

DESTA MANEIRA, CONVERTENDO O VALOR DEVIDO À EPOCA DO PAGAMENTO EM REAIS, TEMOS:

Cr\$ 42,017,76 EQUIVALEM ATUALMETE A R\$ 371,15

Assim, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não se espera, o valor não poderá ultrapassar a quantia de **R\$ 371,15 (Trezentos setenta um reais e quinze centavos)**, conforme cálculos acima demonstrados, respeitando-se assim o salário mínimo à época do pagamento administrativo.

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é curial que seja analisada questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o *dies a quo* para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)"

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer-se que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil, que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido autoral no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Há de se ressaltar que a Autora é beneficiária da Justiça Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50.

Porém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, a Autora, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

(...)."

Ressalte-se, oportunamente, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, donde se depreende que o percentual máximo permitido, em casos de "fácil" instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

"(...) § 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)

- a) o grau de zelo do profissional;
- b) o lugar de prestação do serviço;
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)"

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da Autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o **que ora se requer seja julgado totalmente improcedente!**

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas e tão-somente em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ex positis, requer a Ré o acolhimento das preliminares argüidas, para que seja a presente demanda julgada extinta, sem julgamento do mérito, tendo em vista:

- (I) A substituição do pólo passivo da presente demanda, para **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A** tendo em vista que esta foi criada recentemente com a finalidade de administrar o seguro obrigatório de acidentes de trânsito nos termos da Resolução nº 154, artigo 5º, §3º do CNSP e Portaria nº 2.797/07;
- (II) A luz do art. 267, IV e VI, do Código de Processo Civil.

Por todo o exposto e tudo mais que dos autos consta, requer a Ré que a presente demanda seja julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, extinguindo-se o processo, com resolução de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil, haja vista o total descabimento de complementar-se a indenização já efetuada em **23/08/1991**, visto que o pagamento ocorreu em total consonância com a Resolução nº 1380/88.

Requer ainda, na remota hipótese de condenação da Ré, que os **juros moratórios sejam computados a partir da citação válida**, conforme disposto no art. 405 do Código Civil, **que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação**, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81 e **os honorários compensados na forma do §3º, do art. 20 do Código Processual Civil**, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal da Autora, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço Rua Rio Purus, nº.30 - Vieiralves - Nossa Senhora - Manaus / AM

Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome da advogada HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS, OAB/AM 2.591, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas

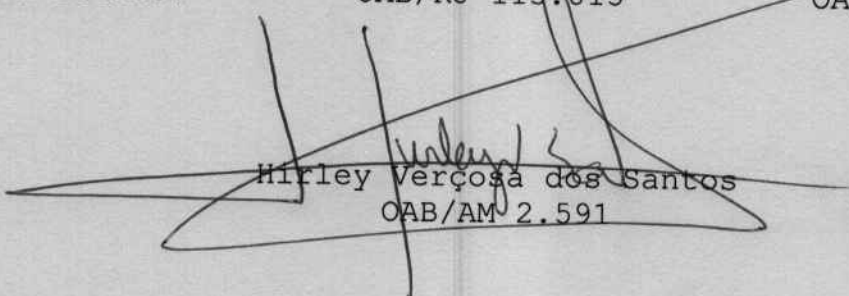
Termos em que,
Pede Deferimento.

Manaus, 06 de Janeiro de 2009.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A. Motta
OAB/RJ 113.815

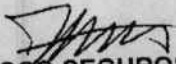
Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089


Hirley Verçosa dos Santos
OAB/AM 2.591

CARTA DE PREPOSTO

BRADESCO SEGUROS S.A, com sede à, **AV. PAULISTA, 1415 - BELA VISTA SÃO PAULO - Cep: 01311200** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como **PREPOSTO** Felipe Inco de Vasconcelos Nakayama, brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º 000913169 expedida por SSP-R0 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 934316942-68, podendo o mesmo responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n.º 0150821132 que tramita perante a 2ª JEC da **MANAUS - AMAZONAS**.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2009.

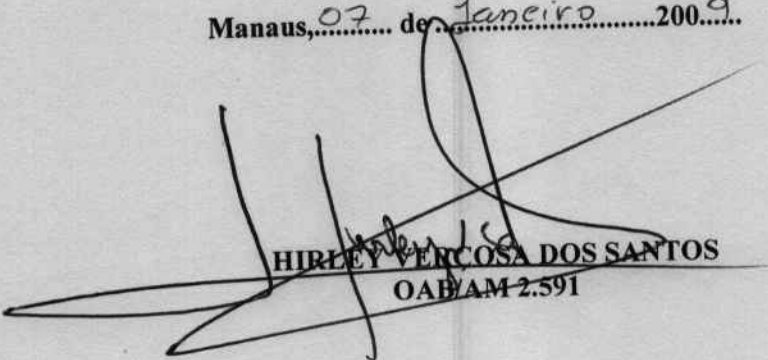

BRADESCO SEGUROS S.A
Henrique Alberto Faria Motta

SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, com reservas de iguais poderes, na pessoa da advogada **GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA**, brasileira, advogada, devidamente inscrita na **OAB/AM** sob o nº **6.140**, com escritório na Rua Rio Purus nº 30, Vieiralves, Bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus/Am, os poderes que a mim foram outorgados
por

.....

Manaus, 07 de Janeiro 2009.


HIRLEY VERCOSA DOS SANTOS
OAB/AM 2.591

.SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 134.307, **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113.815, **FABIO JOÃO SOITO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 114.089 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **HIRLEY VERCOSA DOS SANTOS**, inscrito na OAB/AM sob o n.º 2591, com escritório à Rua Rio Purus, 30, Vieiralves Bairro: Nossa Senhora das Graas CEP: 69053 - 050 os poderes que lhe foram conferidos por **BRDESCO SEGUROS S.A. E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **LIBIA RODRIGUES CARLOS**, em curso perante 1 - Jec DA COMARCA MANAUS-AM nos autos do Processo n.º 15082113925.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2008.

JOÃO BARBOSA
OAB/RJ sob o n.º 134.307


HENRIQUE A. F. MOTTA
OAB/RJ sob o n.º 113.815

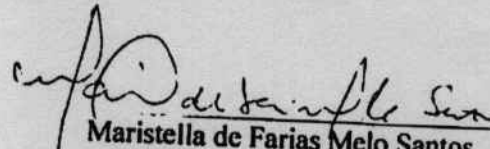
FABIO JOÃO SOITO
OAB/RJ sob o n.º 114.089

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, todos os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2007


Marcelo Davoli Lopes


Maristella de Farias Melo Santos

22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA
Matriz, Rua Senador Dantas 39 - Centro-RJ - 2544-0277. Reconheço
por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e MARISTELLA DE
FARIAS MELO SANTOS
Cdd: 0856C14F5E4E (SCRB)

Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2007.

Em testemunho

da verdade.

Serventia

30% TJ+FUNDO

UENIO CANDIDO BERNARDES - ESC - SUBSTITUÍDO TOTAL



22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA
 Matriz - Rua Senador Dantas, 39 - Centro - RJ - Tel: 2544-0277

22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA
 Partição a que se refere a presente carta é a reconstrução fiel da
 original que se foi apresentada. Data: 17/05/2017 Hora: 14h 47m

Razão de expedição: 75 de julho de 2017

SENHOR CANDIDO BERNARDES - PSC - SUBSTITUTO

OFÍCIO DE NOTAS
 Substituto
 WILHAMI DE OLIVEIRA
 22º OFÍCIO DE NOTAS

COORDENADORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 SELO DE REGISTRAÇÃO
 AUTENTICAÇÃO
 AOD
 LATO
 10017

10017

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
 R. Senador Dantas 74, 5º andar
 Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205


 Seguradora Líder - DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010.020, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusi e substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2008


 MARCELO DAVOLI LOPES


 JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

240 OFICIO DE NOTAS JOSÉ MARIA JOSÉ MARIA PINTO
 Av. Alcantara Barroso, 139 - Lota C - Fone: 2544-4744 Nº: 08023013
 AUTENTICACAO
 Autentica a presente cópia fotográfica conforme a original a 11-11-2008
 Valor: R\$ 1,00
 Pro. Nomes: R\$ 3,50
 Total: R\$ 4,50
 Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2008
 PAINEL ESSENCIAL DE NOTAS



240 OFICIO DE NOTAS
 Av. Alcantara Barroso, 139 - C. Tel: 332-0424
 Rio de Janeiro - RJ

RECONHECO por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
 Selo nº IXW67830 a IXW67831
 [3x9T2av1]-MARCELO DAVOLI LOPES
 [3x9T2b41]-JOSE MARCIO BARBOSA NORTON.

Em Junho da verdade,
 de Janeiro, 25/02/2008.

ANTONIO CARLOS QUINTES DE ANDRADE
 ESCRIVÃO

Reconhecimento de firma(s): 9,00

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em constituição)

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

Aos 10 dias do mês de outubro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, reuniram-se todos os subscritores do capital da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, seus acionistas fundadores, **AIG Brasil Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Eusébio Matoso, 1375 - 6ª andar, parte, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.040.981/0001-50, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Emerson Bernardes da Silva, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **American Life Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Minas Gerais, 209 - Térreo, Higienópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.865.360/0001-27, neste ato representada por seu Diretor, o Sr. Paulo de Oliveira Medeiros, Brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 8.415.519-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 048.953.318-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Áurea Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua da Assembléia, nº 100 - 6º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.959.459/0001-07, neste ato representada por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. Edvaldo Cerqueira de Souza, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 03850836-2, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 280.848.457-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Azul Cia. de Seguros Gerais**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 80, 13º e 15º ao 2º Andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.448.150/0001-11, neste ato representada por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. Sidney Maury Sentoma, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 4.835.874-5, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.571.918-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Banestes Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 574, Ed. Palas Center BL "A", 8º e 9º Andares, Centro, Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.053.230/0001-75, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Paulo César Juffo, Brasileiro, separado, economista, titular do documento de identidade nº 184.978, expedido pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 378.706.297-15, residente e domiciliado na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; **BCS Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, Salas 2403 e 2404, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.076.897/0001-63, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Brasileiro, divorciado, securitário, titular do documento de identidade nº 031883796, expedido pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 372.112.697-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio Comprido, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.682.038/0001-00, neste ato representada por seu Diretor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 42.122, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.621.977-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por seu procurador, o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº

1170 OFFICIO DE NOTAS - Resp pelo Exped.: Ricardo Nêche de Carvalho
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2472-1170

Ata do Cap. 63 - Curitiba - Rio de Janeiro - RJ

B

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel e fiel do original que foi apresentado. Cod: 065BF43244849. Cx f. 141:
Rio de Janeiro, 01 de Março de 2006. Servente

30% - 75%

Living Silver Wire Jewelry - Substitute Total

CARTÓRIO

STICKIN

Sil

ADVERTISING

NOTA

AS a

95.827, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.938.037-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Bradesco Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Deus S/N, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.990.695/0001-37, neste ato representada por seu Diretor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 42.122, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.621.977-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por seu procurador, o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 95.827, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.938.037-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Brasil Veículos Companhia de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Senador Dantas, nº 105, 29º Andar, parte, 30º e 31º Andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.356.570/0001-81, neste ato representada por seu Diretor/Procurador Julio Cezar Alves de Oliveira, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 373.024 expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 450.306.857-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **BVA Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º Andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.017.295/0001-58, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Iane Rios Esquerdo, Brasileira, Solteira, advogada, titular do documento de identidade nº 125.092, expedido pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.123.587-06, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Caixa Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na SCN Quadra 1, BL "A", Ed. Number One, 15º, 16º e 17º Andares, Asa Norte, Brasília, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.020.354/0001-10, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Maria Fernanda Costa, Brasileira, casada, advogada, titular do documento de identidade da OAB/DF sob o nº 17082, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 833.899.031-00, residente e domiciliada em Brasília -DF e; **Centauro Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Nilo Cairo, nº 171, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.516.278/0001-66, neste ato representada por seu procurador Aroldo dos Santos Carneiro, Brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.994.689-04, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; **Cia. Excelsior de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Cidade do Recife, Estado do Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.054.826/0001-92, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente, e também na qualidade de procurador, o Sr. Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.656.054-15, residente e domiciliado na Cidade do Recife, Estado do Pernambuco; **Cia. Mutual de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1681 - Conj. 41 e 42, Cidade das Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.170.191/0001-39, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Fábio Jaques Lima, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 129.251, inscrito no CPF/MF sob o nº 938.326.210-91; **Cia. de Seguros Aliança da Bahia**, sociedade anônima, com sede na Rua Pinto Martins, nº 11, Comércio Salvador, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.144.017/0001-90, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luiz Augusto Momesso, Brasileiro, separado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 4149300, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 486.242.848-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Cia. de Seguros Aliança do Brasil**, sociedade anônima, com sede na Rua Manuel da Nóbrega, no. 1.280, oitavo e nono

170 OFÍCIO DE NOTAS - Resp pelo Exped.: Ricardo Leite de Souza
Rua do Carmo, 33 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9289

Destinatário: Lino da Silva Junior - Substituto
Origem: Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9289
Rio de Janeiro, 04 de Março de 2000.

Lino da Silva Junior - Substituto
Sertão
2000-03-04
Total

CARTÓRIO DO 172 OFÍCIO DE NOTAS

Lino da Silva Junior
Escritório de Registro de Imóveis
Substituto

170 OFÍCIO DE NOTAS

2000-03-04

ENC 172

andares, Paraíso, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.196.889/0001-43, neste ato representada por seu Diretor, o Sr. Luiz Augusto Momesso, acima qualificado; **Cia. de Seguros Gralha Azul**, sociedade anônima, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.528.579/0001-16, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Cia. de Seguros Minas Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua dos Caetés, nº 745, Centro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.197.385/0001-21, neste ato representada por seu Diretor e procurador Lauro Magno Agrizzi, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade no. CI M-388.003, expedido pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 177.122.546-72, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; **Cia. de Seguros Previdência do Sul**, sociedade anônima, com sede na Avenida Julio de Castilhos, nº 44, 7º ao 11º andar, Centro, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.751.213/0001-73, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Lucio Antônio Marques, Brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 1413.081, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.166-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **CONAPP Cia. Nacional de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua São Clemente, nº 38, 10º andar, parte, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.741.030/0001-30, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. Albenzio Mouta de Souza, Brasileiro, solteiro, economista, titular do documento de identidade nº 18.106, expedido pelo CRE/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.651.587-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Confiança Companhia de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 604, 7º andar, Centro, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.054.883/0001-71 neste ato representada por seu procurador, o Sr. Otomar Francisco Umann Azeredo, Brasileiro, casado, oficial da reserva remunerada do Exército Brasileiro, titular do documento de identidade nº 014819722-01, expedida pelo Ministério da Defesa, inscrito no CPF/MF sob o nº 170.480.87, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; **Federal de Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua das Palmeiras, nº 72, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.928.219/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Roberto Becker, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 01729911-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.332.887-91, residente e por seu Diretor Comercial e de Relações com a Susep, o Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.806, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.470.147-53, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Federal Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na SC/SUL Quadra 07 Bloco A - Sala 503 - SCS, Brasília, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.509.289/0001-92, neste ato representada por seu Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Roberto Becker, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 01729911-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.332.887-91, residente e por seu Diretor Comercial e de Relações com a Susep, o Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.806, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.470.147-53, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Finasa Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Paulista, nº 1415, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.151.291/0001-78, neste ato representada por seu Diretor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Brasileiro, casado, advogado, titular do

documento de identidade no.42.122, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 032.621.977-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por seu procurador, o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 95.827, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.938.037-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 128, 4 ao 8º e 14º Pavimentos, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.072.307/0001-57, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Sandra Filomena Wagner Kiefer, Brasileira, casada, advogada, titular do documento de identidade nº 113.065, expedido pela OAB/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.777.558-23, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Gente Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 350, Boa Vista, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu diretor-presidente, o Sr. Sérgio Suslik Wais, Brasileiro, casado, empresário-segurador, titular do documento de identidade nº 1005619679, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 062.422.780-49, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; **Icatu Hartford Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praça Vinte e Dois de Abril, nº 36, Parte, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.283.770/0001-39, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luciano Snel Correa, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 090278797, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.910.197-46, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Indiana Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Boa Vista, nº 254, 6º Andar, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.100.145/0001-59, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 29.532, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Itaú Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.557.039/0001-07, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Itaú Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Conceição, 4º Andar, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.031.217/0001-25, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **J. Malucelli Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Visconde de Nacar, nº 1441, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.948.157/0001-33, neste ato representada por seu procurador, o Sr. João Gilberto Possiede, Brasileiro, viúvo, titular do documento de identidade no. 159.729-9, expedido por SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o no. 000.578.789-00, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; **Java Nordeste Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 2122, S/601. Aldeota, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.068.410/0001-50, neste ato representada por seu procurador, Sérgio da Costa, Brasileiro, casado, gerente contábil, titular do documento de identidade no. 034.081-7, expedido pela CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o no.

172 SETEMBRO DE 2008 - Resp pelo Exped.: Ricardo
 Rua do Carmo, 55 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
 20014-000

CARTÓRIO DO **Lino da Silva**
Silveira Junior
 Escrever Substituto
 OBRIGADO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a original de foi apresentada. Cod: 08384394245. Servantia
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2008. 30% T+FINOS

Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

ENUS1631

170 16 1010 16 111153 - Resp pelo Exped.: Rikario Rêda de Sá
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. (021) 201017

Certificado e cópia de que a presente cópia é a reprodução fiel
 original que foi apresentado. Cod: 00587394245. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2008. Serenice

Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

CARTÓRIO DO 17
Lino da Silva Silveira Junior
 Escrevente

OFÍCIO DE REGISTRO E AUTENTICAÇÃO
 KBC

ENUS7632

com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itauseg, 8º Andar, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.774.958/0001-93, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento, o Sr. Casimiro Blanco Gomez, Brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.867-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489, 11º Andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.768.284/0001-40, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento, o Sr. Casimiro Blanco Gomez, Brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.867-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **PQ Seguros S.A. (em aprovação)**, sociedade anônima, com sede na Rua Miguel Calmon, nº 398, 7º andar, parte, Comércio, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.104.490/0001-43, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Maria de Castro Barbosa Ribeiro, Brasileira, solteira, advogada, titular do documento de identidade nº 17.624, expedida pela OAB/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.923.358-99, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia; **Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, parte, 8º andar, Santo Agostinho, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.163.211/0001-94, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Álvaro Aléxis Loureiro Junior, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 74.188, expedido pela OAB/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.037.836-24, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; **Safra Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Paulista, nº 2100, 14º andar, Cerqueira César, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.902.142/0001-05, neste ato representada por seu Diretor Augusto Francisco Filho, Brasileiro, casado, bancário, titular do documento de identidade no. 5.949.286, inscrito no CPF/MF sob o no. 072.393.358-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e seu procurador, o Sr. Ângelo Romeu D'Elia Filho, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 61.861, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 828.773.517-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Santander Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Santo Amaro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.376.109/0001-06, neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 22.884.756-4, expedido pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.311.448-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Sinaf Previdencial Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 245, 29º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.019.198/0001-20, neste ato representada por seu procurador, Sérgio da Costa, Brasileiro, casado, gerente contábil, titular do documento de identidade no. 034.081-7, expedido pela CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 190.566.727-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Tokio Marine Seguradora S.A. (em aprovação)**, sociedade

072-11131 DE M795 - Resp pelo Expediente 01 de 1995
Rua do Carmo, 632 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Certifico aqui \$4 que a presente obra é a reprodução
original que foi apresentada. Cod: 08-00394/8472
Rio de Janeiro, 04 de Março de 2003. _____ Survei

	Ricardo Jaramila, C.J. de Mayo de 2003.	
	<u>Luz de Silvio Silveira Reiter - Subsistiendo</u>	
	Total	37% TOTAL=85%
	Serventia	1.0%
		1.0%
		1.0%

CARTÓRIO DO 1.º

Lino da Silva
Silvelra Junior

Lino da Silva
Silvelra Junior

Escritura

15-00000 NC

FZR

ENU37628

Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.164.021/0001-00, neste ato representada por seu procurador **Tadashi Komamura**, Japonês, casado, securitário, titular do documento de identidade RNE nº W248.837-I, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.475.398-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Sampaio Viana, nº 44, Paraíso, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.831.344/0001-74, neste ato representada por seu procurador **Tadashi Komamura**, Japonês, casado, securitário, titular do documento de identidade RNE nº W248.837-I, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.475.398-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **UBF Garantias & Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua São Tomé, nº 86, 20º Andar, Conjunto 201, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.061.839/0001-99, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luiz Roberto Paes Foz, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 3.053.255, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.990.348-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Unibanco AIG Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Eusebio Matoso, nº 1375 - 2º ao 8º e 10º Andares, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.166.158/0001-95, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Emerson Bernardes da Silva, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Eusebio Matoso, nº 1375 - 2º ao 8º Andar, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.661.388/0001-90, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Emerson Bernardes da Silva, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme se verifica pelo lista de presença em anexo, deliberaram, em Assembléia Geral, sobre a constituição da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. Miguel Junqueira para secretário. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei nº 6.404/76, sob a denominação de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com um capital social inicial de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), representado por 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O preço de emissão, fixado pelos fundadores, é de R\$ 1,00 (um real). O Sr. Presidente proferiu a leitura dos recibos de depósitos, realizados no Banco do Brasil S.A. dos montantes integralizados pelos acionistas fundadores da Companhia, representando da totalidade das ações subscritas e representativas do capital inicial da Sociedade, sendo que **AIG Brasil Cia. de Seguros** subscreveu 198.944 ações, no valor de R\$ 198.944,00 (cento e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais), representando 1,32629% do capital da companhia; **American Life Cia. de Seguros** subscreveu 147.924 ações, no valor de R\$ 147.924,00 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais), representando 0,98616% do capital da companhia; **Áurea Seguros S.A.** subscreveu 143.502 ações, no valor de R\$ 143.502,00 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e dois reais), representando 0,95668% do capital da companhia; **Azul Cia. de Seguros Gerais** subscreveu 214.286 ações, no valor de R\$ 214.286,00 (duzentos e quatorze mil e duzentos e oitenta e seis reais), representando 1,42857% do capital da companhia; **Banestes Seguros S.A.** subscreveu 175.025 ações, no valor de R\$ 175.025,00 (cento e setenta e cinco mil e vinte e cinco reais), representando 1,16683% do capital da companhia; **BCS Seguros S.A.** subscreveu 160.809 ações, no valor de R\$ 160.809,00 (cento e sessenta mil e oitocentos e nove reais), representando 1,07206% do capital da companhia;

Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros, subscreveu 644.097 ações, no valor de R\$ 644.097,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e noventa e sete reais), representando 4,29398% do capital da companhia; **Bradesco Vida e Previdência S.A.** subscreveu 1.321.271 ações, no valor de R\$ 1.321.271,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e um reais), representando 8,80855% do capital da companhia; **Brasil Veículos Companhia de Seguros** subscreveu 270.042 ações, no valor de R\$ 270.042,00 (duzentos e setenta mil e quarenta e dois reais), representando 1,80028% do capital da companhia; **BVA Seguros S.A.** subscreveu 150.171 ações, no valor de R\$ 150.171,00 (cento e cinquenta mil e cento e setenta e um reais), representando 1,00114% do capital da companhia; **Caixa Seguradora S.A.** subscreveu 767.099 ações, no valor de R\$ 767.099,00 (setecentos e sessenta e sete mil e noventa e nove reais), representando 5,11399% do capital da companhia; **Centauro Vida e Previdência S.A.** subscreveu 143.741 ações, no valor de R\$ 143.741,00 (cento e quarenta e três mil e setecentos e quarenta e um reais), representando 0,95827% do capital da companhia; **Cia. Excelsior de Seguros** subscreveu 152.244 ações, no valor de R\$ 152.244,00 (cento e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais), representando 1,01496% do capital da companhia; **Cia. Mutual de Seguros** subscreveu 149.367 ações, no valor de R\$ 149.367,00 (cento e quarenta e nove mil e trezentos e sessenta e sete reais), representando 0,99578% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Aliança da Bahia** subscreveu 201.914 ações, no valor de R\$ 201.914,00 (duzentos e um mil e novecentos e quatorze reais), representando 1,34609% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Aliança do Brasil** subscreveu 354.575 ações, no valor de R\$ 354.575,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e setenta e cinco reais), representando 2,36383% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Gralha Azul** subscreveu 269.579 ações, no valor de R\$ 269.579,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e nove reais), representando 1,79719% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Minas Brasil S.A.** subscreveu 213.959 ações, no valor de R\$ 213.959,00 (duzentos e treze mil e novecentos e cinquenta e nove reais), representando 1,42639% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Previdência do Sul** subscreveu 156.134 ações, no valor de R\$ 156.134,00 (cento e cinquenta e seis mil e cento e trinta e quatro reais), representando 1,04089% do capital da companhia; **CONAPP Cia. Nacional de Seguros** subscreveu 171.656 ações, no valor de R\$ 171.656,00 (cento e setenta e um mil e seiscentos e cinquenta e seis reais), representando 1,14437% do capital da companhia; **Confiança Companhia de Seguros** subscreveu 179.093 ações, no valor de R\$ 179.093,00 (cento e setenta e nove mil e noventa e três reais), representando 1,19395% do capital da companhia; **Federal de Seguros S.A.** subscreveu 155.706 ações, no valor de R\$ 155.706,00 (cento e cinquenta e cinco mil e setecentos e seis reais), representando 1,03804% do capital da companhia; **Federal Vida e Previdência S.A.** subscreveu 142.955 ações, no valor de R\$ 142.955,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), representando 0,95303% do capital da companhia; **Finasa Seguradora S.A.** subscreveu 149.082 ações, no valor de R\$ 149.082,00 (cento e quarenta e nove mil e oitenta e dois reais), representando 0,99388% do capital da companhia; **Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros** subscreveu 186.912 ações, no valor de R\$ 186.912,00 (cento e oitenta e seis mil e novecentos e doze reais), representando 1,24608% do capital da companhia; **Gentle Seguradora S.A.** subscreveu 146.873 ações, no valor de R\$ 146.873,00 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos e setenta e três reais), representando 0,97915% do capital da companhia; **Icatu Hartford Seguros S.A.** subscreveu 273.320 ações, no valor de R\$ 273.320,00 (duzentos e setenta e três mil e trezentos e vinte reais), representando 1,82213% do capital da companhia; **Indiana Seguros S.A.** subscreveu 199.209 ações, no valor de R\$ 199.209,00 (cento e noventa e nove mil, duzentos e nove reais), representando 1,32806% do capital da companhia; **Itaú Seguros S.A.** subscreveu 743.085 ações, no valor de R\$ 743.085,00 (setecentos e quarenta e três mil e oitenta e cinco reais), representando 4,95390% do capital da companhia; **Itaú Vida e Previdência S.A.** subscreveu 622.008 ações, no valor de R\$ 622.008,00 (seiscentos e vinte e dois mil e oito reais), representando 4,14672% do capital da companhia; **J. Malucelli**

Seguradora S.A. subscreveu 175.539 ações, no valor de R\$ 175.539,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove reais), representando 1,17026% do capital da companhia; **Java Nordeste Seguros S.A.** subscreveu 143.124 ações, no valor de R\$ 143.124,00 (cento e quarenta e três mil e cento e vinte e quatro reais), representando 0,95416% do capital da companhia; **Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.** subscreveu 376.088 ações, no valor de R\$ 376.088,00 (trezentos e setenta e seis mil e oitenta e oito reais), representando 2,50725% do capital da companhia; **Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A.** subscreveu 160.785 ações, no valor de R\$ 160.785,00 (cento e sessenta mil e setecentos e oitenta e cinco reais), representando 1,07190% do capital da companhia; **Marítima Seguros S.A.** subscreveu 228.933 ações, no valor de R\$ 228.933,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e trinta e três reais), representando 1,52622% do capital da companhia; **MBM Seguradora S.A.** subscreveu 147.485 ações, no valor de R\$ 147.485,00 (cento e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), representando 0,98323% do capital da companhia; **Minas Brasil Seguradora Vida e Previdência S.A.** subscreveu 149.031 ações, no valor de R\$ 149.031,00 (cento e quarenta e nove mil e trinta e um reais), representando 0,99354% do capital da companhia; **Mitsui Sumitomo Seguros S.A.** subscreveu 191.924 ações, no valor de R\$ 191.924,00 (cento e noventa e um mil e novecentos e vinte e quatro reais), representando 1,27949% do capital da companhia; **Mongeral S.A. Seguros e Previdência** subscreveu 164.870 ações, no valor de R\$ 164.870,00 (cento e sessenta e quatro mil e oitocentos e setenta reais), representando 1,09913% do capital da companhia; **Nobre Seguradora do Brasil S.A.** subscreveu 152.900 ações, no valor de R\$ 152.900,00 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos reais), representando 1,01933% do capital da companhia; **Paraná Cia. De Seguros** subscreveu 430.373 ações, no valor de R\$ 430.373,00 (quatrocentos e trinta mil e trezentos e setenta e três reais), representando 2,86915% do capital da companhia; **Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais** subscreveu 868.788 ações, no valor de R\$ 868.788,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e setecentos e oitenta e oito reais), representando 5,79192% do capital da companhia; **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** subscreveu 236.235 ações, no valor de R\$ 236.235,00 (duzentos e trinta e seis mil e duzentos e trinta e cinco reais), representando 1,57490% do capital da companhia; **PQ Seguros S.A.** subscreveu 153.747 ações, no valor de R\$ 153.747,00 (cento e cinquenta e três mil e setecentos e quarenta e sete reais), representando 1,02498% do capital da companhia; **Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.** subscreveu 147.681 ações, no valor de R\$ 147.681,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos e oitenta e um reais), representando 0,98454% do capital da companhia; **Safra Vida e Previdência S.A.** subscreveu 252.681 ações, no valor de R\$ 252.681,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e oitenta e um reais), representando 1,68454% do capital da companhia; **Santander Seguros S.A.** subscreveu 303.867 ações, no valor de R\$ 303.867,00 (trezentos e três mil e oitocentos e sessenta e sete reais), representando 2,02578% do capital da companhia; **Sinaf Previdencial Cia. de Seguros** subscreveu 146.532 ações, no valor de R\$ 146.532,00 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos e trinta e dois reais), representando 0,97688% do capital da companhia; **Tokio Marine Seguradora S.A.** subscreveu 436.134 ações, no valor de R\$ 436.134,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e cento e trinta e quatro reais), representando 2,90756% do capital da companhia; **Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.** subscreveu 221.858 ações, no valor de R\$ 221.858,00 (duzentos e vinte e um mil e oitocentos e cinquenta e oito reais), representando 1,47905% do capital da companhia; **UBF Seguros S.A.** subscreveu 175.539 ações, no valor de R\$ 175.539,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove reais), representando 1,17026% do capital da companhia.



179 (FIM DE NOTAS) - Resp pelo Exped. e Recorrido de Lino da Silva Silveira Junior - RJ. Tel: 210-1-1111
 Rua do Cayo, 179 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Certifico e faz fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original de lei apresentado. Dat: 30/03/2004. Conf. por: [assinatura]
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2004. Serv. de: [assinatura]
 Lino da Silva Silveira Junior - Substituto

constituição da companhia foi aprovada pela unanimidade dos subscritores representando a totalidade de seu capital social. Prosseguindo aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação o Projeto de Estatuto, cujo texto foi lido e aprovado pela unanimidade de votos dos presentes, nos termos transcritos a abaixo. O Presidente, então, declarou constituída a companhia, que passará a operar em 1º de janeiro de 2008, desde que assim autorizada pela SUSEP.

“SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - Resp pelo Exped.: Ricardo Ribeiro
 Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 251-1111
 Certificado e/ou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Doc: 083574074-071. Conf. por:
 Rua de Lacerda, 04 de Fergo de 2003. Serenato 1.000
 30.10451003 1.000
 Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

ARTIGO 7º– A Assembléia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

ARTIGO 8º– A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembléia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembléias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembléia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de $\frac{2}{3}$ (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria

172 OFICIO DE NOTAS - Resp pelo Exped.: Ricardo Leite da Costa
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210-225.11.11
 Certifico e faz fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cód: 0858F-13542472. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2006. Serventia : 3,30
 : 1,05
 : 4,61

Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

OFICIO DO 17
 Lino da Silva
 Silveira Junior
 Escrevente Substituto
 OFICIO DE NOTAS

JUSTICA - RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 AUTENTICAÇÃO
 RHL

ENU37627

Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembléia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembléia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições, que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembléia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração

pela Diretoria Executiva;

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto;
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - DO COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida uma reeleição, e receberão, a título de remuneração o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 19 – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 3 (três) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável Técnico e de Relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

Artigo 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral;
- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

[illegible]

- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

Artigo 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Artigo 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembléia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

Artigo 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

Artigo 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único – Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

Dando prosseguimento aos trabalhos, foram eleitos, por unanimidade de votos, para ocupar os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia: 1) **Mauro César Batista**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 882.918, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.069.261-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Assizio Aparecido de Oliveira**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 6.138.174, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 670.083.998-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; 2) **Casimiro Blanco Gomez**, Brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.867-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Sidney Maury Sentoma**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 4.835.874-5, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.571.918-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 3) **Gilberto Duarte de Abreu Filho**, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 22.884.756-4, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.311.448-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo como membro titular e **Flavio Roberto Andreani Perondi**, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 7.204.473, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.166.408-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; 4) **Idacelmo Mendes Vieira**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo como membro titular e **Astério Sampaio Miranda**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.839.757-4, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 756.558.108-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de



123 31010 DE NDIAS 2 Resp pelo Exped.: Ricardo Nêto do Carro
Rua do Carro, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-08
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cód: 06586434/00000000. Concluído
Rio de Janeiro, 04 de Março de 2008.

Lino da Silva Silveira Junior - Secretário
30% Impostos - 1,00
Total - 0,63

São Paulo, como seu suplente; 5) **Juvêncio Cavalcante Braga**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 735.206, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 259.287.161-68, residente e domiciliado em Brasília, como membro titular e **César Lopes Souza**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 1.104.495, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 553.628.341-34, residente e domiciliado em Brasília; inscrito no CPF/MF sob o nº 553.628.341-34, como seu suplente; 6) **Lauro Magno Agrizzi**, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº M-388.003, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 177.122.546-72, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como membro titular e **Adelson Almeida Cunha**, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº M-1.433.007, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.675.865-00, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como seu suplente; 7) **Luiz Tavares Pereira Filho**, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 29.532, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e **Carlos Eduardo Corrêa do Lago**, Brasileiro, casado, titular do documento de identidade no. 81.1.05637-7, expedido pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 664.290.307-25 residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; 8) **Ney Ferraz Dias**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 05.849.175-4, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.465.577-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Emerson Bernardes da Silva**, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; e 9) **Ryoji Fujii**, Japonês, casado, administrador, titular do documento de identidade RNE nº V323413-C, inscrito no CPF/MF sob o nº 227.850.598-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Tadashi Komamura**, Japonês, casado, securitário, titular do documento de identidade RNE nº W248.837-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.475.398-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente. Foram eleitos, ainda, como membros do Conselho de Administração: 10) **Luiz Augusto Momesso**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 4149300, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 486.242.848-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular; 11) **Gustavo Pimenta Germano Santos**, Brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 09.182.310-4 IFP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.041.017-38, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e **Luciano Snel Correa**, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 090278797, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.940.197-46, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 12) **Miguel Junqueira**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 700.400.250-2, expedido pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.174.590/68, residente e domiciliado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, como membro titular e **Lucio Antônio Marques**, Brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 1413.081, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.166-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 13) **Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.656.054-15, residente e domiciliado na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, como membro titular e **Jorge Carvalho**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 1.412.985, expedido pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.888.817-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 14) **Julio Cezar Alves de Oliveira**, Brasileiro, casado, securitário, titular do

179 OFÍCIO DE NOTAS - Recp pelo Exped. - Fica de Rótulo de
 Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 233-
 0000. Fone: 233-0000. E-mail: 233-0000@rio.rj.gov.br

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
 original que foi apresentado. Cod: 08514234/8843. Conf. por
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2006. Servente

 Lino da Silva Silveira Junior - Rubrica

30X 124FUND 1.00 4.4.

CARTÓRIO
 Lino
 179 OFÍCIO DE NOTAS
 Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 233-0000. Fone: 233-0000. E-mail: 233-0000@rio.rj.gov.br

ENCL 30X124FUND

documento de identidade nº 373.024 expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 450.306.857-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como membro titular e **Paulo Cesar Juffo**, Brasileiro, separado, economista, titular do documento de identidade nº 184.978, expedido pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 378.706.297-15, residente e domiciliado na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, como seu suplente; 15) **Luiz Eduardo Fidalgo**, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.806, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.470.147-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como membro titular e **Albenzio Mouta de Souza**, Brasileiro, solteiro, economista, titular do documento de identidade nº 18.106, expedido pelo CRE/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.651.587-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Uma vez que em relação a estes últimos seis conselheiros eleitos a publicação da Declaração de Propósito prevista na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP 136/2005 será feita após esta assembléia, caso seja assim determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, poderá ser feita a sua ratificação em nova assembléia geral a ser convocada pelo Conselho de Administração, que deverá ser realizada após a publicação das respectivas declarações de propósito. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão prazo de gestão a partir da aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados e mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração, findando tal prazo à época da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2009, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores a serem eleitos. Os conselheiros, ora eleitos, declaram, para os fins do disposto na Instrução Normativa nº 29/91 do Departamento Nacional de Registro de Comércio, não estarem incurso em nenhum dos crimes prescritos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Os Conselheiros eleitos declaram que preenchem os requisitos previstos nas Resoluções nº. 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Os acionistas deliberaram ainda, por unanimidade, a remuneração dos administradores para o ano de 2008, desde já fixada no montante global de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). Os administradores da Companhia deverão receber dos acionistas, por força do artigo 146, *caput*, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 1 (uma) ação ordinária cada. Foram, por fim, eleitos para membros do Conselho Fiscal da Companhia, 1) **Haydewalde Roberto Chamberlain da Costa**, Brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075823/0-9, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 756.039.427/20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Liliane Jeanne Baldacci**, Brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.892.828-10, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como sua suplente; 2) **Eduardo Sérgio de Souza Gonçalves Nunes**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 036.846.33-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 550.155.577-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e **Antonio Carlos do Nascimento Sanches**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 037.028.61-0, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.060.807-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; e 3) **Isaac Selim Sutton**, Brasileiro, divorciado, titular do documento de identidade nº 7.386.118-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.010.738-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **José Carlos Gomes Mota**, Brasileiro, divorciado, advogado, titular do documento de identidade nº 8.118.413, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2008, será de 10% da remuneração que, em média, for

172 OFÍCIO DE NOTAS

Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 222-1111

Certifico e dou fe que a presente copia é a reprodução

original que foi apresentado. Cod: 0051499485. Conf. por

Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 222-1111

Lino da Silva Junior - Substituto

30% 10-FR-008

Total

CARTÓRIO DO 17 OFÍCIO

Lino da Silva Junior

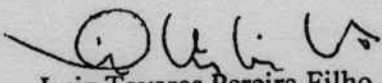
Escrevente Substituto

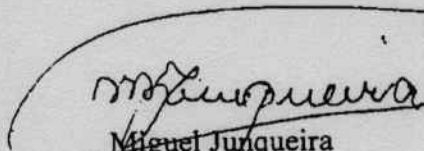


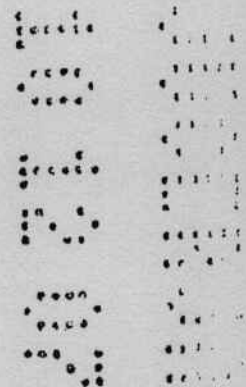
ENU37504

atribuída a cada diretor da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei 6.404/76. A Gente Seguradora S.A. se absteve de votar nas eleições para membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia em função de não concordar com a forma como foram conduzidas as eleições. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

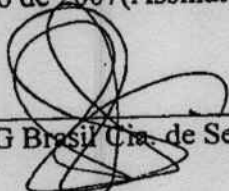
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007.


Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente da Mesa

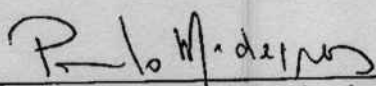

Miguel Junqueira
Secretário da Mesa



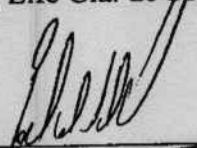
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)



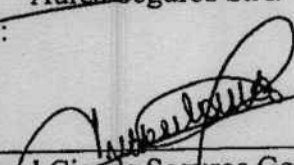
AIG Brasil Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____



American Life Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____



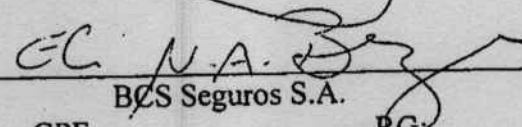
Aurea Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



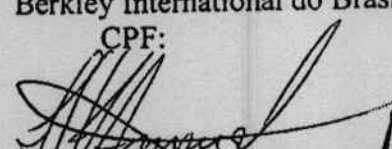
Azul Cia. de Seguros Gerais
CPF: _____ RG: _____



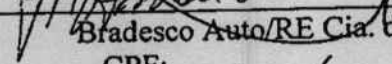
Banestes Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



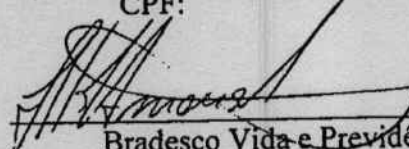
BCS Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



Berkley International do Brasil Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



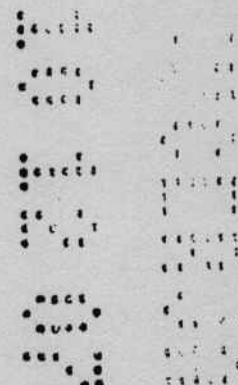
Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____



Bradesco Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____



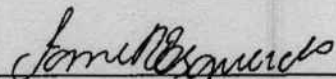
Brasil Veículos Companhia de Seguros

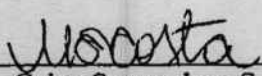


172 OFFÍCIO DE MPES - Resp pelo Lapele, Ricardo Netto
 Rua do Catete, 103 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. de Lino
 14/11/1994 - 14/11/1994 - 14/11/1994 - 14/11/1994
 Certificado de fé que a presente cópia é a reprodução da Escrita
 original que foi apresentado. Para fins de autenticação, o Subst
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2000. SUPERINTENDENTE
 Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

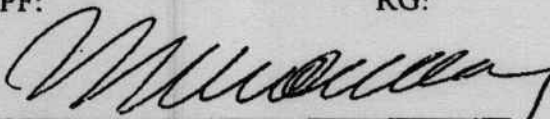


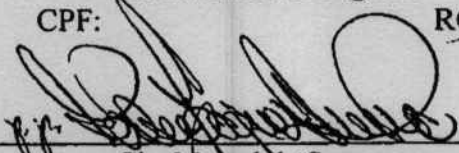
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007(Assinatura dos representantes das sócias)

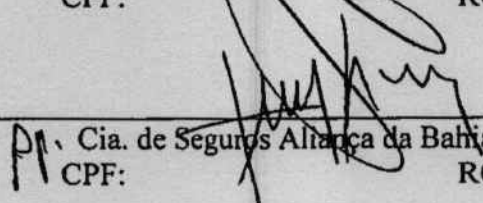

BVA Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

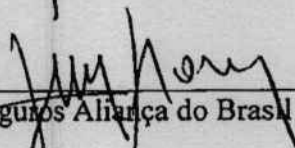

Caixa Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


Centauro Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____

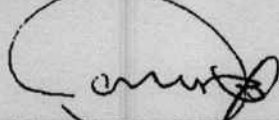

Cia. Excelsior de Seguros
CPF: _____ RG: _____

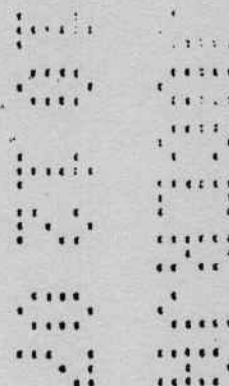

Cia. Mutual de Seguros
CPF: _____ RG: _____

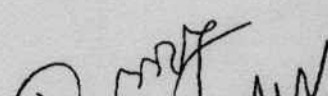

Cia. de Seguros Aliança da Bahia
CPF: _____ RG: _____


Cia. de Seguros Aliança do Brasil
CPF: _____ RG: _____


Cia. de Seguros Gralnia Azul
CPF: _____ RG: _____

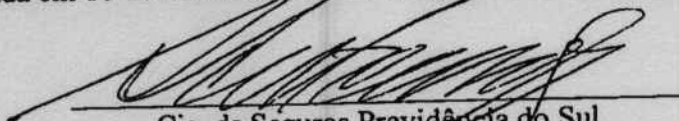

Cia. de Seguros Minas Brasil S.A.
CPF: _____ RG: _____

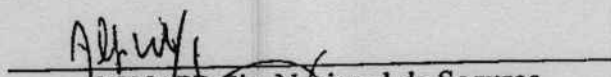


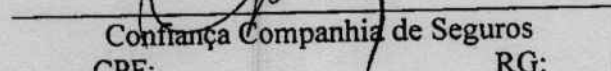


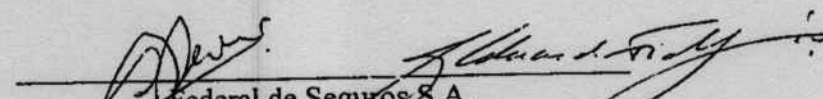
[illegible]

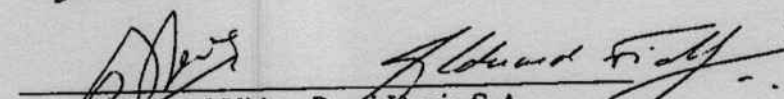
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)


Cia. de Seguros Previdência do Sul
CPF: RG:

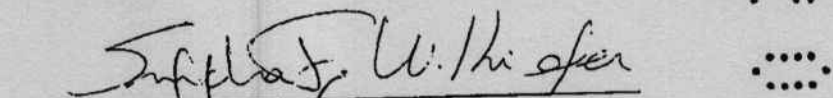

CONAPP Cia. Nacional de Seguros
CPF: RG:


Confiança Companhia de Seguros
CPF: RG:

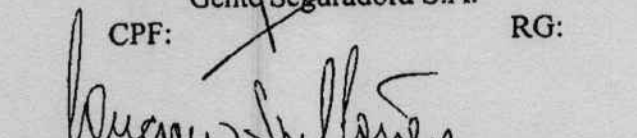

Federal de Seguros S.A.
CPF: RG:


Federal Vida e Previdência S.A.
CPF: RG:


Finasa Seguradora S.A.
CPF: RG:

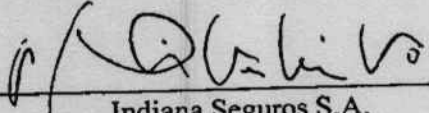

Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros
CPF: 08.377.558-23 RG: 17421021


Gente Seguradora S.A.
CPF: RG:


Icatu Hartford Seguros S.A.
CPF: RG:

[illegible]

Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)



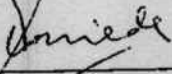
Indiana Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



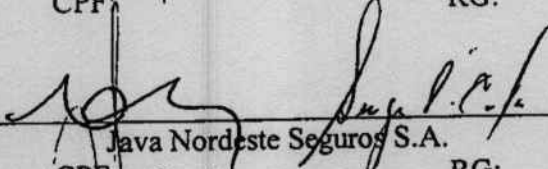
Itaú Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



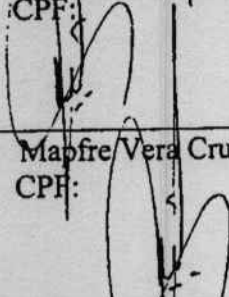
Itaú Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____



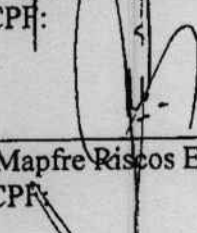
J. Malucelli Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____



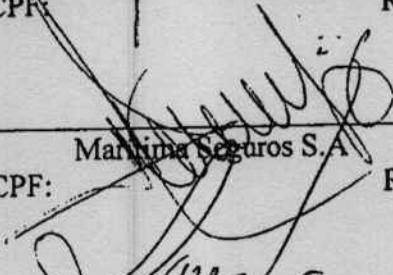
Java Nordeste Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____



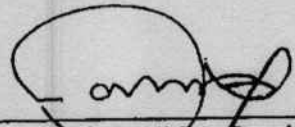
Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____



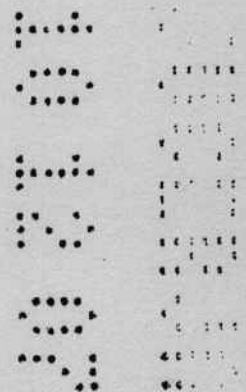
Marítima Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



MBM Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____



Minas Brasil Seguradora Vida e Previdência S.A.

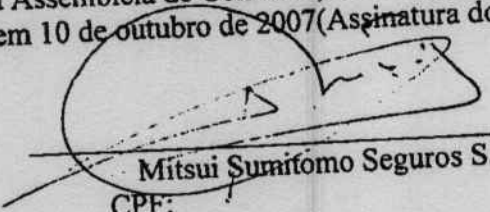


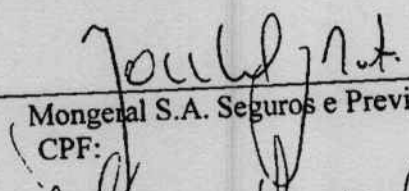
172 OFÍCIO DE NOTAS - Recp pelo Exped.: Ricardo Fátima de
R. do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210-
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
original que foi apresentado. Cx: 065H43744A69. Inf. por
Rio de Janeiro, 04 de Março de 2006.

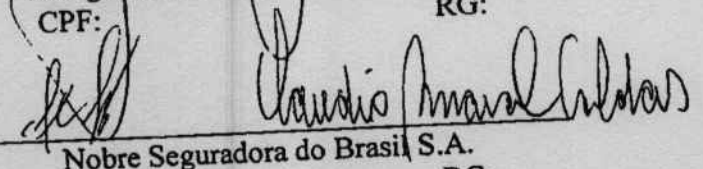
Cartório
Lino da Silva
Silveira Junior
Escritor
Substit.
Deveria : 5,35
KY IMPRES : 1,05
Total : 6,40

Autenticado
MHR
ENUS7498

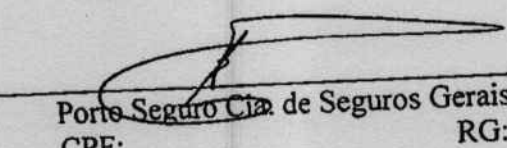
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)

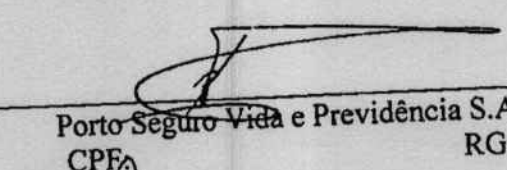

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

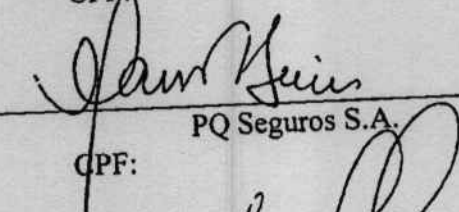

Mongeral S.A. Seguros e Previdência
CPF: _____ RG: _____

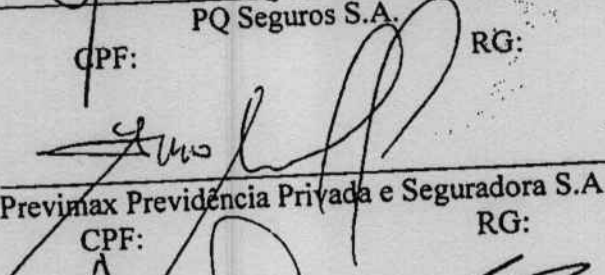

Nobre Seguradora do Brasil S.A.
CPF: _____ RG: _____

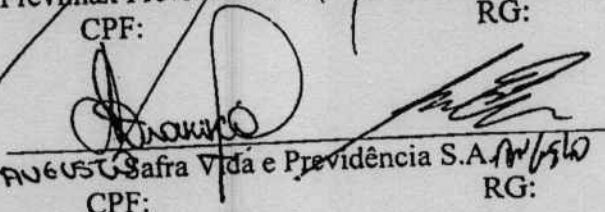

Paraná Cia. De Seguros
CPF: _____ RG: _____

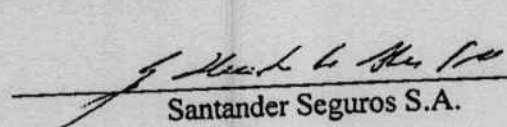

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais
CPF: _____ RG: _____

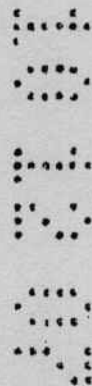

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____

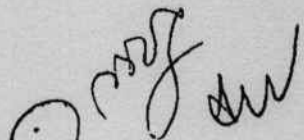

PQ Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


August Safrá Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____


Santander Seguros S.A.





170 OFICIO DE NOTAS Recp. pelo Exped. - Ricardo Rêche de Carvalho
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel. 210-9700

4º. A T. E. M. P. F. J. C. R. A. J. P. M. C. J.

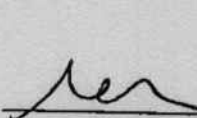
Certifico e assin que a presente copia é a reprodução fiel e
 original que se apresenta, Cod. 0054357485-0. Inf. por
 Rio de Janeiro, 04 de Março de 2009. Serenata

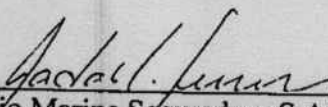
307 T. F. M. E. : 1,05

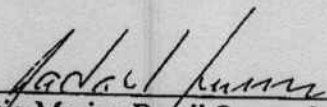
 Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total 4,6.

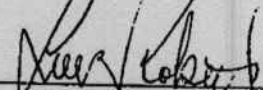


Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)

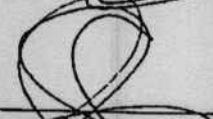

Sinaf Previdencial Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____


Tokio Marine Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


UBF Garantias & Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


Unibanco AMG Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


Unibanco AMG Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

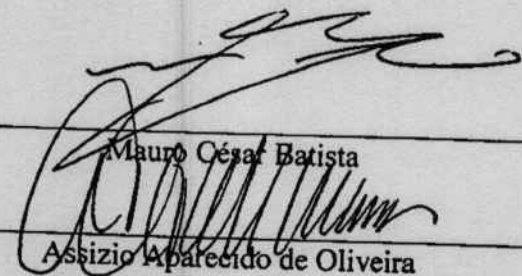
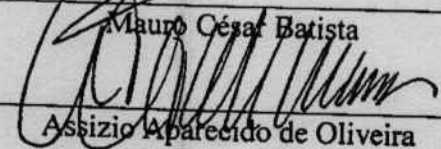


1º ofício de 1978 - Resp pelo Exped.: Ricardo Nêde de Carvalho
 Rua do Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-4924
 Rua do Centro, 62 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Data: 10/11/78
 Te que a presente copia é a reprodução
 Certifico e solto que a presente copia é a reprodução
 original que foi apresentada. Doc: 083143942-69, Campinas, 11/11/78
 Rio de Janeiro, 01 de Março de 2008. 108.73414006
 Total
 Lino da Silva Oliveira Junior - Advogado

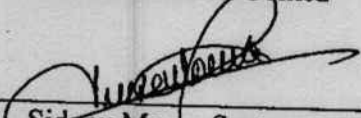


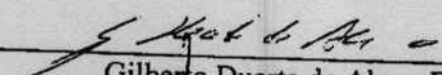
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos Conselheiros eleitos)

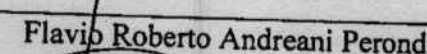
Conselheiros Eleitos:


Mauro César Batista

Assizio Aparecido de Oliveira

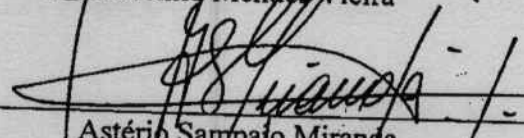

Casimiro Blanco Gómez

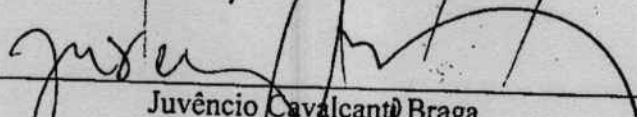

Sidney Maury Sentoma

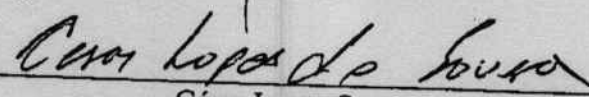

Gilberto Duarte de Abreu Filho

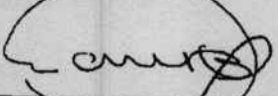

Flavio Roberto Andreani Perondi

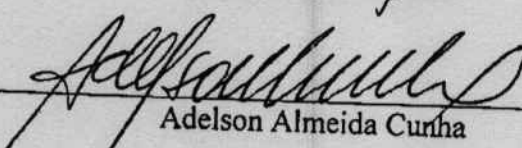

Adacelmo Mendes Vieira

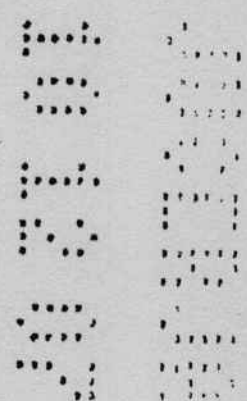

Astério Sampaio Miranda


Juvêncio Cavalcanti Braga


César Lopes Souza


Lauro Magno Agrizzi


Adelson Almeida Cunha



179 OFÍCIO DE NOTAS - Resp. pelo Exped.: Ricardo Rocha de
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel.: 241.44.44

CARTÓRIO DO 17.º OFÍCIO
Lino da Silva
Silveira Junior

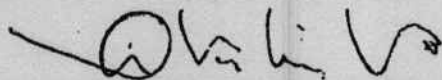
Escritório de Substituição
SELO DE REPRODUÇÃO
AUTENTICAÇÃO
SCA

Cartório e da fé que a presente copia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Dat: 06/08/2008. Cert. nº:
 Rio de Janeiro, 06 de Março de 2008. Carteira: 3.592

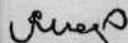
ENUS7512

202.104.0008 : 1.00
Lino da Silva Silveira Junior - Substituto : 6.45

Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos Conselheiros eleitos)



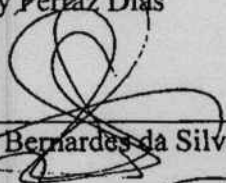
Luiz Tavares Pereira Filho



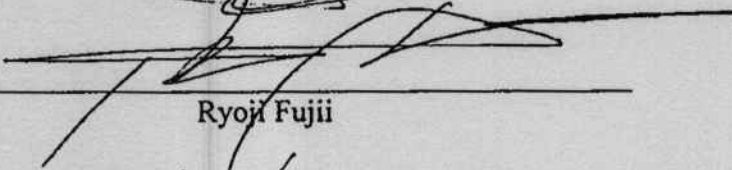
Carlos Eduardo Corrêa do Lago



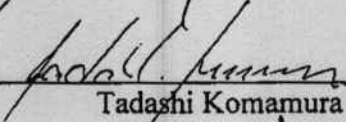
Ney Fereaz Dias



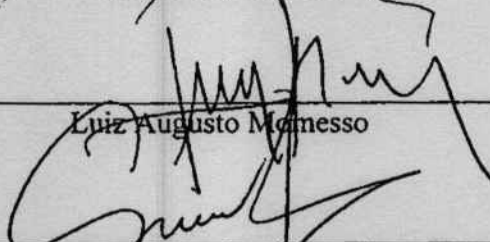
Emerson Bernardes da Silva



Ryoji Fujii

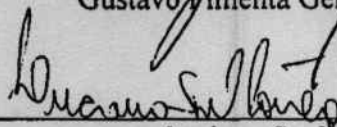


Tadashi Komamura

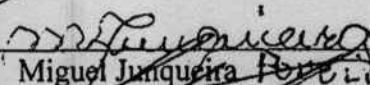


Luiz Augusto Molnesso

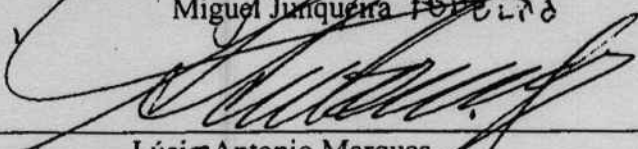
Gustavo Fimenta Germano Santos



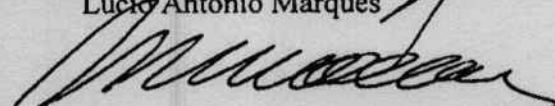
Luciano Snel Correa



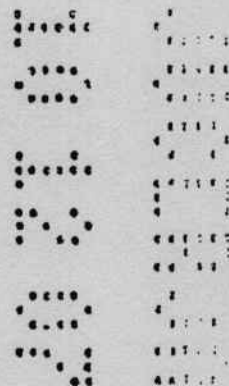
Miguel Junqueira Portillo



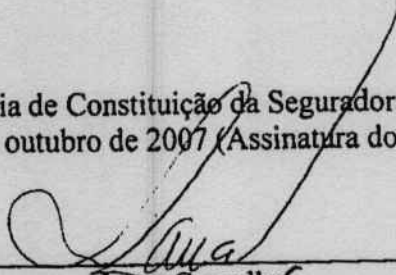
Lúcio Antonio Marques

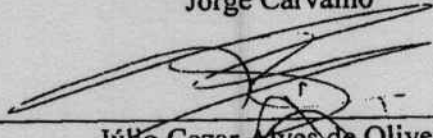


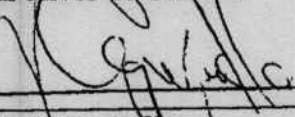
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti

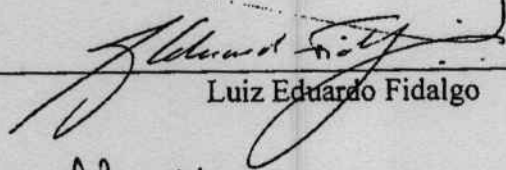


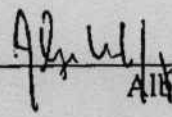
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos Conselheiros eleitos)


Jorge Carvalho

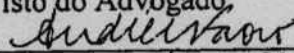

Júlio Cezar Alves de Oliveira

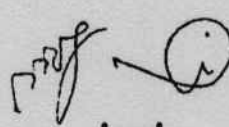

Paulo César Jurjo


Luiz Eduardo Fidalgo

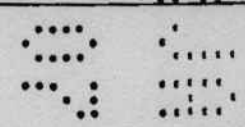

Alencio Mouta de Souza

Visto do Advogado:


Nome: ANDRÉ LEAL PACHECO
OAB nº 51.671 OAB/RJ



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO...	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.	
Protocolo: 00-2007/184932-7 - 07/12/2007	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM	10/12/2007
DATA ABAIXO	E O REGISTRO SOB O NRE, E
33.3.0028479-6	
DATA: 10/12/2007	
 Valério G. M. Serra SECRETÁRIO GERAL	



CARTÓRIO DO 17

OFÍCIO DE N.

Lino da Silva

Silveira Junior

Escrevente

Substituto



OFÍCIO DE N. 17

SEÇÃO DE REGISTRAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

TSN

ENU37509



U2 OFÍCIO DE NOTAS - Resp. Lele Esp. da Ricardo Pêre de Carvalho
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel. 2107-9300

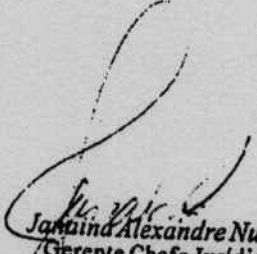
Cartório e Juiz fe. que a presente cópia é a reprodução fiel da
 original que foi apresentada. Data: 08/08/2006. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 24 de Maio de 2006. Serventia: 1.69
 30% JUROS : 4.66

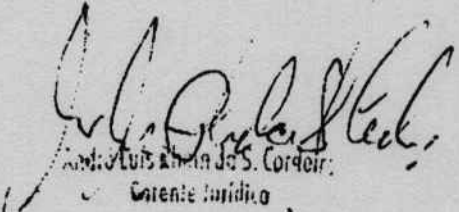
Lino da Silva Silveira Junior - Substituto Total

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S/A**, a seguir denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabelecemos, com reservas, aos Drs. MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, CPF/MF nº 132.870.808-06; CYNTHIA BRAGA NOGUEIRA CUPOLILLO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 38.267, CPF/MF nº 619.122.637-34; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, CPF/M 082.587.197-26, todos com escritório profissional sito na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro – RJ, independentemente da ordem de nomeação, os poderes, ad iudicia et extra, para atuar no foro em geral. Em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as medidas, ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a Outorgante na ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2006.


Jaqueina Alexandre Nunes
Gerente Chefe Jurídico


André Luiz de S. Cordeiro
Gerente Jurídico





Av. Almir. Barroso
139 - 13º andar - Sala 1309 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Almirante Barroso, 139 - 13º andar - Sala 1309 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Fone: 2544-4744 Nº: 070808093825
AUTENTICAÇÃO Frente
Autentico a presente cópia recortada conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 1,02
Proc.dados.....R\$ 1,42
Total.....R\$ 2,44
Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 2007.
ANTONIO CARLOS QUINTEZ DE ANDRADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS

GUIDO MACIEL - TABELIÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ. AV NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL TIJUCA. RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL JACAREPAGUÁ. EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ



ATO Nº 096

LIVRO Nº 8687

FOLHA Nº 110

PROCURAÇÃO bastante que faz. BRADESCO
SEGUROS S.A. na forma abaixo

dijurriodejaneiro-bsegurosmatrizpublico2006(1)

S A I B A M quantos esta virem que no ano de dois mil e sete (2007), aos quatro (04) dias do mês de abril, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, Escrevente Autorizada, CTPS nº 55177/117-RJ, compareceu como **OUTORGANTE - BRADESCO SEGUROS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista nº 1.415, parte - Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.146/0001-93, neste ato representada por seu Diretor Geral Administrativo e Financeiro: **SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o nº OAB/RJ nº 42.122, expedida em 10/11/1982, e no C.P.F. nº 032.621.977-34, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Paulista nº 1.415, Bela Vista, e seu Diretor Gerente: **LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 2.564.630, expedida pelo IFP/RJ em 01.12.59, inscrito no C.P.F. sob o nº 254.794.407-30, com domicílio comercial na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe nº 225 - Rio Comprido, por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela **OUTORGANTE**, por seus representantes legais, me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados:

- 1) **IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 44.902 e no C.P.F. nº 770.025.397-87;
- 2) **MARIA CECILIA DE LIMA AUILO**, divorciada, inscrita na OAB/SP nº 75.446 e no C.P.F. nº 050.970.698-38;
- 3) **MURILO AZAMBUJA RIBEIRO**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 42.876 e no C.P.F. sob o nº 315.486.957-34;
- 4) **MARCO AURÉLIO SAMPAIO SÉRGIO**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 71.999 e no C.P.F. nº 540.829.517-68;
- 5) **MARCO AURÉLIO MACHADO RODRIGUES**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 28.902 e no C.P.F. nº 105.992.907-49;
- 6) **CLÁUDIA HECK MACHADO OLIVEIRA**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 118.080 e no C.P.F. nº 533.731.700-87;
- 7) **ANDRÉ LUIS RHEIN DA SILVA CORDEIRO**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 64.389 e no C.P.F. nº 741.708.997-68;
- 8) **JANAÍNA ALEXANDRE NUNES**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 181.570-B e no C.P.F. nº 018.653.177-05;
- 9) **MANUELA LEITE CARDOSO**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 95.223 e no C.P.F. nº 037.657.437-20;
- 10) **HELOISA MONTEIRO DE PAULA DIAS**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 103.408 e no C.P.F. nº 103.493.348-54;
- 11) **RENATO DELEUSE VENNA**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 94.463 e no C.P.F. nº 080.269.188-94;
- 12) **CESAR AUGUSTO CASSONI**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 67.325 e no C.P.F. nº 012.197.556-42;
- 13) **ARMINDA MACIEL ALBARELLI**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 58.059 e no C.P.F. nº 754.806.467-53;
- 14) **HERNANI DIAS TORRES**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 48.799 e no C.P.F. nº 600.476.587-20;
- 15) **MARCIA DE ABREU SILVA BONATTO**, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 65.108 e no C.P.F. nº 486.913.487-04;
- 16) **ROSEMARY ROSA DE ALMEIDA PEBA**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 58.627 e no C.P.F. nº 751.656.517-20;
- 17) **ROSÂNGELA DE SOUZA FERREIRA**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 63.467 e no C.P.F. nº 813.582.707-59;
- 18) **JOÃO BATISTA DA SILVEIRA**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 65.643 e no C.P.F. nº 336.905.377-20;
- 19) **JORGE LUIZ COSTA SOARES**, divorciado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 76.835 e no C.P.F. nº 000.290.027-02;
- 20) **SUZANA DA SILVA BASTOS**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 79.200 e no C.P.F. nº 694.555.467-87;
- 21) **ALEXANDER RODRIGO DA SILVA VIEIRA**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 82.806 e no C.P.F. nº 020.457.747-08;
- 22) **VITOR AUGUSTO DE SOUZA BAPTISTA**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 56.214 e no C.P.F. nº 766.462.207-78;
- 23) **DANIELLY CHRISTINE GOMES CALDAS**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 101.519 e no C.P.F. nº 003.603.017-11;
- 24) **ROGERIO DE SÁ FERREIRA**, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 65.925 e no C.P.F. nº 426.794.887-00;
- 25) **JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL**, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 95.827 e no C.P.F. nº 032.938.037-09;
- 26) **ANTONIO LUIZ PEREIRA TEIXEIRA**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 63.906 e no C.P.F. nº 742.077.177-49;
- 27) **VANESSA MOTTA RUST**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 74.954 e no C.P.F. nº 013.500.167-64;
- 28) **MARIÂNGELA DE MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA**, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 73.441 e no C.P.F. nº 773.614.907-00;
- 29) **ERIKA CRISTINA DE SOUSA**, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 73.441 e no C.P.F. nº 773.614.907-00;

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS

GM

GUIDO MACIEL - TABELIÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL TIJUCA, RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ

NIGOLAY, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 86.374 e no C.P.F. n.º 960.449.287-53; 30) RALPH GOMES DOS SANTOS, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 107.261 e no C.P.F. n.º 035.746.817-12; 31) SHEILA RIBEIRO MONTEIRO, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 103.042 e no C.P.F. 075.570.737-03; 32) ANA ROSA VIANA LOPES, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 127.712 e no C.P.F. n.º 966.558.017-53; 33) JÚLIA AGUIAR E SILVA, solteira, inscrita na OAB/SP sob o n.º 14.065 e no C.P.F. n.º 004.605.949-07; 34) ANTONIO TADEU NOVAES CERQUEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 38.143 e no C.P.F. n.º 375.831.317-15; 35) IVAN SANTOS LEAL FILHO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 95.791 e no C.P.F. n.º 025.877.027-98; 36) RODRIGO FARAH GOULART, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 103.462 e no C.P.F. n.º 071.294.337-44; 37) CRISTIANE MARTINS DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 113.073 e no C.P.F. n.º 016.289.997-13; 38) SIMONE GONÇALVES BITTENCOURT, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 134.799 e no C.P.F. n.º 087.832.757-62; 39) RODRIGO BARROS MEIRELES, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 129.112 e no C.P.F. 081.279.367-66; 40) ANA PAULA DE SOUZA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 126.857 e no C.P.F. n.º 080.669.317-78; 41) CAROLINE STAVIS DE CASTRO, divorciada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 32.435 e no C.P.F. n.º 022.104.619-44; 42) CINTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 123.805 e no C.P.F. n.º 084.336.867-55; 43) LILIANE TEIXEIRA DE ALMEIDA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 82.704 e no C.P.F. n.º 000.440.377-08, todos com escritório na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe n.º 234, Rio Comprido, aos quais concede, em conjunto ou separadamente, os poderes "Ad Judicia" para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor e variar de ações, contestar, postular o que necessário for em defesa dos direitos da OUTORGANTE, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, receber e dar quitação, receber citações iniciais e notificações, bem como representar e requerer perante quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, IRB - Brasil Resseguros S.A. e Banco Central do Brasil, podendo ainda, qualquer um entre os onze primeiros nomeados acima, representar a OUTORGANTE em processos Licitatórios praticando todos os atos necessários, inclusive solicitar e prestar esclarecimentos, assinar atas, cartas de credenciamento, documentos pertinentes, assinar contratos e documentos de seguro bem como declarações que venham a ser exigidas pelos licitantes, interpor impugnações, recursos e desistir dos mesmos, firmar compromissos, celebrar acordos e transações extrajudiciais, assinar termos de penhora, bem como substabelecer, e ainda, em conjunto de dois entre os onze primeiros, ficam também concedidos os poderes para nomear preposto para ações de qualquer natureza. Lavrada sob minuta. Certifico que pelo presente são devidas custas no valor de R\$ 13,88 a que se refere a Tabela VII, n.º 2, letra "b"; R\$ 2,62 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 3,29 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 7,82 a que se refere a Mútua dos Magistrados/ACOTERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNDPERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ e R\$ 12,68 a que se refere a certidões. Assim o disse do que dou fé e me pediui lhe lavrasse a presente que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, tal como faculta a legislação vigente Eu, (MARIA TERESA A. DE ALMEIDA), Escrevente Autorizada, CTPS n.º 55177/117-RJ, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas (ASS) REP. DA OUTORGANTE - SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR// REP. DA OUTORGANTE - LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO. E X T R A I D A NA MESMA DATA Eu, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, a digitei e conferi. E eu, José Salmazo, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino em público e



[illegible]

DRSPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESA EMPENHADA (f)	DESPESA LIQUIDADADA (g)	SALDO A LIQUIDAR (h)
Providência Social Básica					
Aprovação de Recursos Previdenciários					
Qualidade dos Serviços Previdenciários					
Providência Complementar	136.213.124	136.228.940	133.979.291	130.024.190	16.204.751
Gestão da Política de Previdência Social	83.287	78.843	61.518	60.237	18.626
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	150.950	151.751	72.234	32.943	118.808
Providência de Inativos e Pensionistas da União	14.057	11.233	5.406	3.239	9.999
Direitos Humanos, Direitos de Todos	149.651	47.221	31.572	21.187	24.034
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	620.141	628.141	619.703	619.703	438
Ação Administrativa	40.486.196	41.387.198	39.793.079	37.820.429	3.566.769
Operações Especiais: Outros Esquemas Especiais	173.324	173.324	154.899	141.974	31.350
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados e Municípios	378	379	0	0	379
Proteção Previdenciária	2.395.776	2.479.155	1.961.118	1.777.066	702.089
TOTAL	500	500	0	0	500
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC	18.393	18.467	10.869	3.263	15.200
O Índice de violação, dessa receita à Previdência Social é de 0,26666666.	2.426	2.496	1.111	804	1.592
	180.107.476	181.201.641	176.690.842	160.507.157	20.694.489

1 FONTE: SLAFI - STN/CONT/GEINC

O índice de vinculação, dessa receita à Previdência Social é de 0,2666666.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 523, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 248, de 01 de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 73 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e que consta dos processos SLSJSP nº 15414.0001616/2005-26, e SLSJSP nº 15414.0001922/2005-73 e SLSJSP nº 15414.0001616/2005-26, resolve:

Art. 1º Fomentar, na área de seguros, as seguintes tomadas pelas sociedades seguradoras:

a) "BADECO" - SEGUROS - S/A - CNPJ nº 33.053.146/0001-91, com sede social situada no Rio de Janeiro - RJ, que nos Assentamentos Ordinários Extraordinários analisados, cumulativamente, em 30 de março de 2005 e nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de setembro de 2004 e 10 de maio de 2005, apresentou, em especial:

i) A aprovação do balanço consolidado de 2004;

ii) A conversão em subscritas, integral de R\$ 100 milhões de ações ordinárias de R\$ 10 cada uma para ações preferenciais de R\$ 10 cada uma.

II - A transferência da sede social para a cidade de São Paulo - SP;
III - A redução do capital social de R\$ 1.547.024.367,38 (um bilhão, quinhentos e quatro mil, trezentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos) para R\$ 1.398.728.053,51 (um bilhão, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos);
IV - A reforma e a consolidação do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO.

PORTARIA N° 524, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2005

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada, pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no Artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a que consta dos Processos "SUSP" nº 15414.00474/2000-15 e 15414.000360/2005-30, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da BRADRESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 31.990.695/0001-37, com sede social na cidade de Oaxaco - SP, que das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2004 e 29 de dezembro de 2004, aprovaram, em especial:

I - A conversão da **BRADESCO SAÚDE S.A.** em sua subsidiária integral;

II - O aumento do capital social de R\$ 631.757.520,90 (seiscentos e cinquenta e um mil e...

quinhentos e vinte reais e noventa centavos) para R\$ 983.152.999,54 (novecentos e oitenta e três milhões, cento e cinquenta e dois mil

dividido em 182.413 (cento e oitenta e duas mil, quatrocentas e treze ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal); e

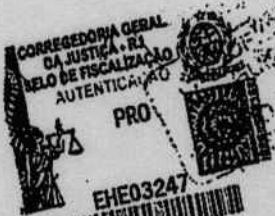
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

...na data de sua pu-

LÉO MARANHÃO DE MELLO

**Revendedores autorizados dos
Diários Oficiais no Distrito Federal**

BANCA DE JORNAL E REVISTAS
 Quarta-Feira, 31 de Novembro, 1964
 Tribunal de Justiça do Distrito Federal
 Anexo do Palácio de Justiça
 Praça do Buriti



Handwritten signature and faint, illegible text.

Extraordinárias realizadas em 31 de março de 2005, 26 de outubro de 2005, 28 de outubro de 2005 e 23 de dezembro de 2005, aprovaram, em especial:

I - A redução do capital social da BRADESCO SEGUROS S.A. de R\$ 1.399.728.053,51 para R\$ 1.033.197.694,65, dividido em 627.530 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal;

II - A redução do capital social da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. de R\$ 701.348.168,06 para R\$ 77.531.456,91, dividido em 182.391 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal;

III - A alteração do artigo 6º do Estatuto Social da BRADESCO SEGUROS S.A.; e

IV - A alteração dos artigos 6º, 7º, 8º e 10º do Estatuto Social da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

Art. 2º Homologar a transferência do controle acionário direto da BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A. CNPJ nº 13.010.831/0001-74, passando-o da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., para a BRADESCO SEGUROS S.A., aos termos deliberados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2005.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JÚNIOR

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 3 DE MAIO DE 2006

CANCELAMENTO DE INCENTIVOS DO FINOR concedidos ao projeto da Empresa METALÚRGICA JACY S.A. (CNPJ 09.239.870/0001-54), aprovado pela Resolução nº 9.563 de 24.05.1983, por infringência às disposições constantes da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 (com as alterações pela Lei nº 9.808/99), da Portaria SUDENE nº 835, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores).

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista as disposições das leis nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999 e Portaria SUDENE nº 835, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores),

Considerando a finalidade de resguardar a boa aplicação dos recursos dos Fundos de Investimentos Regionais (art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) e Portaria SUDENE nº 835, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores);

Considerando que o então Conselho Deliberativo do Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, hoje extinto, estabeleceu que os respectivos projetos deviam ser implantados de acordo com os objetivos para os quais foram aprovados, mediante cláusulas compromissórias estipuladas e consentidas pelo projeto de distribuição dos recursos do FINOR, sob pena de cancelamento em caso de descumprimento do que foi pactuado;

Considerando que o projeto da Empresa METALÚRGICA JACY S.A. foi aprovado pelo então Conselho Deliberativo do SUDENE, nos termos da Resolução nº 9.563, de 24 de maio de 1983;

Considerando que foram liberados em favor do referido projeto parcelas de recursos do FINOR no valor total de R\$ 6.418.094,67 (seis milhões, quatrocentos e dez mil, noventa e dois reais e sessenta e sete centavos), até a data de 21/03/2001, mas o dito empreendimento não foi concluído de forma necessária e a implantação do projeto, originalmente aprovada;

Considerando que, mediante inspeção realizada no referido projeto, foram constatadas irregularidades praticadas por esta, oposta à política de desenvolvimento e elaborado por equipe técnica da então Superintendência da região SUDENE, datada de 04/12/2002;

Considerando que as administrações do projeto sob comento foram regularmente notificadas para apresentação da defesa quanto aos fatos apurados pela supracitada equipe técnica; e

Considerando, finalmente, que no exercício do legítimo direito de defesa que foi assegurado aos administradores, estes não apresentaram defesa escrita, conforme Proibição de Cancelamento nº 05/2006/UGFIN/MG/VI, de 25/04/2006, resolve:

CANCELAR, como de fato e de direito, todos os incentivos financeiros oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, em favor do projeto nº 019.460.016 da Empresa METALÚRGICA JACY S.A. CNPJ 09.239.870/0001-54, com fundamento nos incisos III e IV, 4º do art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 (com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999), art. 180, incisos I e II, e art. 181, incisos III, e IV subitem da Portaria SUDENE nº 835, de 15/12/94 (e alterações posteriores).

PEDRO BRITO

PORTARIA Nº 365, DE 3 DE MAIO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 4º do Decreto nº 4.984, de 12 de fevereiro de 2004, no art. 48 da Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991, do Conselho

Deliberativo da extinta autarquia federal Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o que consta do processo nº 59001.00629/2005-13;

Considerando que em fiscalização específica para emissão de CERTIFICADO DE EMPREENHIMENTO IMPLANTADO - CEI, realizada na base física do projeto, a qual gerou Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil nº 03/05 restou comprovado que o empreendimento alcançou estágio de produção e operação que demonstra sua viabilidade técnico-econômico-financeira, suprimindo as condições de receber o diploma, exigências da legislação em vigor;

Considerando o Parecer DEPS Nº 05/2005, o qual não indicou fatos que pudessem configurar possíveis fraudes e sugeriu a regularização desta empresa perante a UGFIN quanto aos procedimentos de fiscalização;

Considerando, finalmente, a pesquisa realizada no âmbito desta Unidade, a qual não se verificou nenhuma restrição impeditiva à concessão do Certificado, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENHIMENTO IMPLANTADO, em favor da sociedade incentivada SEMENTES NOVA PRONTEIRA S/A, CNPJ nº 02.249.772/0001-97, localizada no Município de Sapezal no Estado do Mato Grosso.

Art. 2º - Ser revogado o plano diretor e Certificado ora concedido nas seguintes hipóteses: -

I - Se a empresa beneficiária deixar de prestar as informações solicitadas no Formulário Único do art. 49, da Resolução nº 7.077/91, pelo prazo de 10 (dez) anos, a esta Unidade ou a quem a suceder;

II - No caso de eventual cancelamento dos incentivos fiscais, observado o devido processo legal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

PORTARIA Nº 366, DE 3 DE MAIO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 4º do Decreto nº 4.984, de 12 de fevereiro de 2004, no art. 48 da Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991, do Conselho Deliberativo da extinta autarquia federal Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o que consta do processo nº 59430.00125/2002-17;

Considerando que em fiscalização específica para emissão de CERTIFICADO DE EMPREENHIMENTO IMPLANTADO - CEI, realizada na base física do projeto, a qual gerou Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil nº 03/05 restou comprovado que o empreendimento alcançou estágio de produção e operação que demonstra sua viabilidade técnico-econômico-financeira, suprimindo as condições de receber o diploma, exigências da legislação em vigor;

Considerando o Parecer DEPS Nº 05/2005, o qual não indicou fatos que pudessem configurar possíveis fraudes e sugeriu a regularização desta empresa perante a UGFIN quanto aos procedimentos de fiscalização;

Considerando, finalmente, a pesquisa realizada no âmbito desta Unidade, a qual não se verificou nenhuma restrição impeditiva à concessão do Certificado, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENHIMENTO IMPLANTADO, em favor da sociedade incentivada CAIBA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, CNPJ nº 05.637.350/0001-87, localizada no Município de Olinda no Estado do Pará.

Art. 2º - Ser revogado o plano diretor e Certificado ora concedido nas seguintes hipóteses:

I - Se a empresa beneficiária deixar de prestar as informações solicitadas no Formulário Único do art. 49, da Resolução nº 7.077/91, pelo prazo de 10 (dez) anos, a esta Unidade ou a quem a suceder;

II - No caso de eventual cancelamento dos incentivos fiscais, observado o devido processo legal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 395, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2006

Hora: 14 h
Presidente Substituto do CADE: Ricardo Villas Boas Cuevas
Secretário do Plenário: Rubens Nunes
Foram distribuídas pelo sistema de sorteio as seguintes peças:
1. Ato de Concentração nº 08012.002463/2006-61
Requerente: Hatzel Ltda, Otaciano S.A.
Advogado(s): Tânia Mara Camargo Falbo, Carlos Eduardo de Sousa Fêlix
Relator: Conselheiro Paulo Parguin de Azevedo
2. Ato de Concentração nº 08012.000775/2006-21
Requerente: Daido Kogyo Co. Ltd, Ipecha Brasil Ltda.

Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov, Priscila dos Santos Castello Branco, Tullio Freitas do Egito Coelho, Alexandre Marjau Oliveira Martins
Relator: Conselheiro Ricardo Villas Boas Cuevas

3. Ato de Concentração nº 08012.002790/2006-34
Requerente: Alcanal, Lucent Technologies, Inc.
Advogado(s): Ivo Teizira (Ivo Junior, Barbara Rosalberg
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos

4. Ato de Concentração nº 08012.002791/2006-89
Requerente: PDI Holdings LLC, General Motors Corporation
Advogado(s): Leonardo Pires de Rocha e Silva, Camille Iarscine M. Maia, Rodrigo de Magalhães Carneiro do Oliveira
Relator: Conselheiro Luis Carlos Delmondo Prado

5. Ato de Concentração nº 08012.002364/2006-32
Requerente: Oshiro AB, Investor AB
Advogado(s): Rodrigo M. Conceição de Oliveira, Wilson Carlos Pereira Ivo
Relator: Conselheiro Abraham Benzaquen Sicre

6. Ato de Concentração nº 08012.002374/2006-67
Requerente: Brindaco Temples Asset Management Ltd, Temples International, Inc.
Advogado(s): Luis Leonardo Castilho, Caio Machado Filho
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos

7. Ato de Concentração nº 08012.002381/2006-70
Requerente: Continental AG, Motorola, Inc.
Advogado(s): Danilo Palermo, José Alexandre Buzis Neto
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos

8. Ato de Concentração nº 08012.002303/2006-00
Requerente: Bopado Logística Ltda, Markem - Comércio e Participações Ltda, Fide Participações Ltda
Advogado(s): Lúcio Baptista Horvath, Manoel Pace
Relator: Conselheiro Luis Carlos Delmondo Prado

9. Ato de Concentração nº 08012.002974/2006-02
Requerente: Braskem S.A., Petró Participações Ltda, SPQ Investimentos e Participações Ltda, Sumitomo Chemical Company Ltd.
Advogado(s): Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade, Carolina Sant'Anna Vieira
Relator: Conselheiro Paulo Parguin de Azevedo

10. Pedido de Reconsideração nº 08700.001094/2006-52 referente a Impugnação nº 08700.002933/2005-40 ao Ato de Infração nº 08700.002306/2005-91 (Ref. AC nº 08012.000619/2006-29)
Requerente: Impregilo S.p.A.
Advogado(s): Fernando Antônio de Oliveira, Pedro Sérgio Costa Zafornata, Raulo Ali Mauer

Relator: Conselheiro Abraham Benzaquen Sicre

11. Consulta nº 08700.001132/2006-71
Requerente: Associação Brasileira de Indústrias de Revalorização da PET-ABREPET
Advogado(s): Fábio de Campos Lima, Celso Mário da Silva Pereira Neto, Tânia Issa de Pódi
Relator: Conselheiro Ricardo Villas Boas Cuevas

RICARDO VILLAS BOAS CUEVAS
Presidente do Conselho
Substituto

RUBENS NUNES
Secretário do Plenário

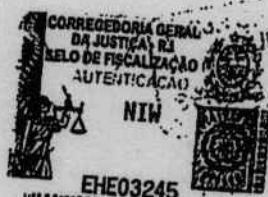
PAUTA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2006

Índice: 14h
Ato de Concentração nº 08012.008446/2005-78
Requerente: Siemens AG e Engbrasa - Mecânica e Uniaçom S.A.
Advogado(s): Belver Moura Rocha, Amadeu Cervantes Ribeiro, Apollônio Marchini Santos e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Villas Boas Cuevas
Ato de Concentração nº 08012.007197/2006-12
Requerente: Pervotec Gás S.A. - Gaspetec, Companhia Energética de Minas Gerais - CERMG, Companhia de Gás de Minas Gerais - GAS-MIG e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Advogado(s): Belver Moura Rocha, Amadeu Marchini Santos, Amadeu Cervantes Ribeiro e outros
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos
Ato de Concentração nº 08012.009265/2005-69
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda e Agrumex Sementes Agrícolas Ltda
Advogado(s): José Isidoro Gonzaga Francochini, Custódio da Piedade U. Miranda, Olam Nunes de Araújo e outros
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos
Ato de Concentração nº 08012.000919/2006-70
Requerente: ABN Amro Capital Finance, Amey Partners e Qfil S/A
Advogado(s): Belver Moura Rocha, Amadeu Cervantes Ribeiro, Apollônio Marchini Santos e outros
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos
Ato de Concentração nº 08012.001055/2006-11
Requerente: Piaggio Aero Industries S.p.A. e United Technologies Corporation
Advogado(s): Cristiane Romano Furtado Pires, Tito Amaral de Andrade, Carlos Amadeu Bueno Pereira do Barros e outros
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos
Ato de Concentração nº 08012.004261/2005-46
Requerente: Epsilon Corporation e Public Service Enterprise Group Incorporated

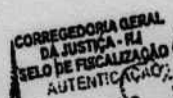
**CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELQ DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO**

EHE03246

para atividades de fabricação de artefatos de lanoaria e embalagens de madeira, localizada na Av. Ministro Cardoso Alves, 2045 - Parque Industrial, Mogi Guaçu/SP.

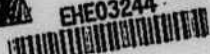


•



CUB

EHE03244





50

ISSN 1676-2339

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 245, quinta-feira, 22 de dezembro de 2005

Título	Preço (R\$)	Quantidade	Valor Nominal	Data de Vencimento
NTN-F	1,475	100	1.475.000,00	01/01/2010
NTN-F	1,475	100	1.475.000,00	01/01/2011

Parágrafo primeiro. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Parágrafo segundo. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial refere-se ao art. 3º, será alocada em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2003, e será informada à instituição pelo Sistema OPFUB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ANTONIO GRAGNANI

PORTARIA Nº 876, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOUREIRO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MP nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), cujas características estão definidas no Decreto nº 3.839, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, pelo Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 21.12.2005;

V - data da liquidação financeira: 21.12.2005;

VI - data-base das LFT: 01.07.2002;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com condições iguais ou superiores à condição mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o Sistema Oferta Pública Federal Eletrônica (OPFUB), nos termos do Regulamento do Sistema Nacional de Liquidação e de Custódia (SIS-LIC);

IX - quantidade por lote: até 300.000 (trezentos mil) títulos, que serão distribuídos em critério de Tausard Nacional, entre os títulos lances admissíveis;

X - características da emissão:

1 - características da emissão:

2 - características da emissão:

3 - características da emissão:

4 - características da emissão:

5 - características da emissão:

6 - características da emissão:

7 - características da emissão:

8 - características da emissão:

9 - características da emissão:

10 - características da emissão:

11 - características da emissão:

12 - características da emissão:

13 - características da emissão:

14 - características da emissão:

15 - características da emissão:

16 - características da emissão:

17 - características da emissão:

18 - características da emissão:

19 - características da emissão:

20 - características da emissão:

21 - características da emissão:

22 - características da emissão:

23 - características da emissão:

24 - características da emissão:

25 - características da emissão:

26 - características da emissão:

27 - características da emissão:

28 - características da emissão:

29 - características da emissão:

30 - características da emissão:

31 - características da emissão:

32 - características da emissão:

33 - características da emissão:

34 - características da emissão:

35 - características da emissão:

36 - características da emissão:

37 - características da emissão:

38 - características da emissão:

39 - características da emissão:

40 - características da emissão:

41 - características da emissão:

42 - características da emissão:

43 - características da emissão:

44 - características da emissão:

45 - características da emissão:

46 - características da emissão:

47 - características da emissão:

48 - características da emissão:

49 - características da emissão:

50 - características da emissão:

51 - características da emissão:

52 - características da emissão:

53 - características da emissão:

54 - características da emissão:

55 - características da emissão:

56 - características da emissão:

57 - características da emissão:

58 - características da emissão:

59 - características da emissão:

60 - características da emissão:

Art. 1º A liberação da quantidade ofertada, conforme o art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2003, obedecerá à seguinte proporção:

I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas "dealers" primários;

II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas "dealers" especialistas;

Art. 2º Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição obedecerá ao critério estabelecido no § 1º do art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2003, e será informada à instituição pelo Sistema OPFUB.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ANTONIO GRAGNANI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 2.339, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.000361/2003-11, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas acionistas da UNIMED SEGUROADORA S.A., CNPJ nº 92.863.505/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2003, aprovaram, em especial, a alteração do artigo 2º do Estatuto Social.

Art. 2º Cancelar a autorização anteriormente concedida à UNIMED SEGUROADORA S.A. para operar com seguros de danos, ficando aquela Sociedade autorizada a operar com seguros de pessoas e com planos de previdência complementar aberta, em todo o território nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JÚNIOR

PORTARIA Nº 2.332, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.003240/2004-11; 15414.003741/2004-38; 15414.004742/2004-51; 15414.004744/2004-41; 15414.004743/2004-95 e 15414.000204/2003-79, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas acionistas da BRADESCO SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.033.146/0001-93, da FINASA SEGUROADORA S.A., CNPJ nº 33.151.291/0001-78, da BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS CNPJ nº 92.882.018/0001-00, todas com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ nº 51.990.695/0001-37, com sede social na cidade de Ovarim - SP, que, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de julho de 2004 e 28 de novembro de 2004, aprovaram, em especial:

I - A cisão parcial da BRADESCO SEGUROS S.A., com o voto da parcela acionista controladora para a BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS, que a sucederá em todos os direitos e obrigações (relacionados à parcela acionista controladora);

II - A cisão da FINASA SEGUROADORA S.A. e da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. em subsidiárias integrais da BRADESCO SEGUROS S.A.;

III - O aumento do capital social da BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS, de R\$ 671.990.500,00 (seiscentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos reais) para R\$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões de reais), dividido em 102.531 (cento e duas mil, quinhentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal;

IV - O aumento do capital social da BRADESCO SEGUROS S.A., de R\$ 1.545.798.792,28 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos) para R\$ 1.547.024.367,38 (um bilhão, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos) dividido em 628.971 (seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal;

V - A alteração dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS e do artigo 6º da BRADESCO SEGUROS S.A.;

Art. 2º A transferência do controle acionário desta da INDIANA SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.100.145/0001-39, com sede social na cidade de São Paulo - SP, passando-o da BRADESCO SEGUROS S.A. para a BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JÚNIOR

DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 517, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência do Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.00037/2003-36, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas acionistas da SANTANDER BANESA SEGUROS S.A., CNPJ nº 06.136.920/0001-18, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2003, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social de R\$ 7.210.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) para R\$ 37.200.000,00 (trinta e sete milhões e duzentos mil reais), representado por 29.470.227 (vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - A alteração do artigo 3º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005

Cancelamento de Incentivos do FINOR concedidos ao projeto da Empresa DIVERA INDUSTRIA DE CONFECÇÕES S.A. aprovado pela Resolução nº 11.197 de 01/12/1999, por infração às disposições constantes da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 (com as alterações pela Lei nº 9.304/99), da Portaria SUDENE nº 835, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores).

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista as disposições dos incisos II e IV, do § 3º do art. 21 da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e art. 5º, do Decreto nº 4.985, de 12 de fevereiro de 2004,

Considerando a finalidade de resguardar a boa aplicação dos recursos dos Fundos de Investimentos Regionais (art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) e Portaria SUDENE nº 835, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores);

Considerando que o único Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, hoje extinto, estabeleceu que os respectivos projetos deverão ser implantados de acordo com os objetivos para os quais foram aprovados, mediante cláusulas previamente estipuladas e consentidas pelo projeto de outorga dos recursos do FINOR, sob pena de cancelamento em caso de descumprimento do que foi pactuado;

Considerando que o projeto da Empresa DIVERA INDUSTRIA DE CONFECÇÕES S.A. foi aprovado pelo então Conselho Deliberativo do SUDENE, nos termos da Resolução nº 11.197, de 6 de dezembro de 1999;

Considerando que não foram liberados em favor do referido projeto parcelas de recursos do FINOR, até a presente data, e o dito empreendimento não se incumbiu do promover o aporte de recursos próprios, nem deu o efetivo início necessário e condizente ao cronograma de implantação originalmente aprovado, nem tampouco encaminhou as informações necessárias para habilitar-se aos recebimentos daqueles recursos;

Considerando que, mediante inspeção realizada no referido projeto, foram constatadas irregularidades praticadas por este, consoante aos relatórios constatados e elaborados pela equipe técnica da extinta Inventariadora Extrajudicial da SUDENE, em 3/07/2002 e 6/07/2003;

Considerando que os administradores do projeto sob comento foram regularmente notificados para apresentação de defesa escrita quanto aos fatos apurados pela supracitada equipe técnica, por meio da Edital de notificação nº 6 de 26/07/03, publicado no DOU em 28/07/03, Seção 3, página 43;

Considerando, finalmente, que ao exercício do legítimo direito de defesa que foi assegurado aos administradores, estes não apresentaram defesa escrita, conforme Proposta de Cancelamento nº 25/2003/04 - UOPINAI, de 14/9/2003, resolve:

CANCELAR, como de fato e de direito, todos os incentivos financeiros oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, em favor do projeto (código SUDENE) nº 022.633.013 da Empresa DIVERA INDUSTRIA DE CONFECÇÕES S.A., CNPJ 02.822.439/0001-25, com fundamento no inciso I e II, §4º do art. 12, da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 (com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999), e art. 181, I e II, do Projeto SUDENE nº 835, de 15/12/94 (e alterações posteriores).

LEO MARANHÃO DE MELLO

1964-1965

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDIOS ESTATÍSTICOS

El presente informe tiene como finalidad informar a la Comisión de Estadística del Poder Judicial sobre los resultados de la investigación realizada en el año 1964, en el marco del proyecto de estudio sobre la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación. El estudio se realizó en el marco del proyecto de estudio sobre la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación, el cual tiene como finalidad determinar la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación, en el marco del proyecto de estudio sobre la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación.

El presente informe tiene como finalidad informar a la Comisión de Estadística del Poder Judicial sobre los resultados de la investigación realizada en el año 1964, en el marco del proyecto de estudio sobre la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación. El estudio se realizó en el marco del proyecto de estudio sobre la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación, el cual tiene como finalidad determinar la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación, en el marco del proyecto de estudio sobre la actividad judicial en el Poder Judicial de la Federación.



**CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ**

**SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO.**

YNY

EHE03242



estão impedidos de exercer a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal. Desembargar, também, de conformidade com o disposto nas Circulares SUSEP nº 234, de 28.8.2003 e 249, de 20.2.2004: a) reduzir as seguintes designações: a) o Senhor Tavares Pereira Filho, Diretor Gerente, como Diretor de Relações com o SUSEP, responsável pela Área Técnica de Seguros, de conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28.8.2003; b) Senhor Sarmiento dos Santos Junior, Diretor Geral Administrativo e Financeiro, como responsável administrativo-financeiro pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consequência dos respectivos objetivos sociais - Circular SUSEP nº 234, de 28.8.2003; c) Senhor Marcos Sulyan Neto, Diretor Gerente, como responsável pelos Controles Internos - Circular SUSEP nº 249 de 20.2.2004; d) designar o Senhor Marcos Sulyan Neto, Diretor Gerente, em substituição ao senhor Maycevaldo Roberto Chamberlain de Costa, como responsável pela incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que visem à não ocorrência das disposições sobre os crimes de "Lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores - Circular SUSEP nº 234, de 28.8.2003; e) fixar: a) o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$ 730.000,00 (sete mil e quinhentos mil reais), a ser distribuído em Rápido de Gestão, nos membros da própria Direção, conforme determina a letra "c" do artigo 1º do Estatuto Social; b) o verbo de ate R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinado a custear Planos de Previdência Complementar Aberto das Administradoras. Na sequência de decisão da Sociedade Paz São Paulo, nos termos da mudança de Artigo 289 do Lei 6.404/75, as publicações previstas em anexo terão a seguinte redação, nos termos "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Diário do Comércio": *Quorum das Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária: Quórum: unanimidade de votos. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrará a sessão das deliberações lundana, e o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido pois não se encontra instalado no período e encarece extrair-se por todos os presentes, que a subscritores Assinaturas: Presidente: Samuel Montoya dos Santos Junior; Secretário: Tavares Pires; Presidente: Nominista: Milton Brasesco S.A. Representado pelo Diretor, Senhor: Nelson Alencar Silva Vargas e Domingos Figueiredo do Alencar, Auditor: José M. Kalan Nicolas. Declaração: Declaramos para o livro próprio que são assinantes e cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são assinantes, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas: Marcos Sulyan Neto - Diretor Gerente, Ivaz Luis Gonjo Junior - Diretor Gerente, Jairo Comercial de Sales - Diretor do Rio de Janeiro - Nome: BRASESCO SEGUROS S.A. Nire: 33.300.013181-1. Protocolo: 0096-00000124-9, 03/12/2008. Cartão de deliberação em 19/12/2008 e o registro sob o número e data abaixo. 0000151554 - Data: 19/12/2008 - Votou: Gaspar Meireles Seix - Secretária Geral.*

SERVENÇA SOCIETATE DE ÎMPREINDERMENTS
IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÃO S/A
CNPJ/MF: 42.461.193/0001-95
NIRE: 33300018532

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2005. I. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: ÀS 16:00 (sexta-feira) horas do dia 30 de dezembro de 2005, no salão social do Hotel Alameda do Povo, 361 - sala 001 - período STENBERG, DIRETOR DE SOCIEDADES, PRESIDENTE E SR. CLARA PERELPACOS SINCORA S/A e SOCIETÁRIO, ABRAMHO HERSZMAN, Advogado de massas pessoais. II. ACIONISTAS PRESENTES E QUORUM: 100% (cem por cento) de capital da sociedade e 100% (cem por cento) dos votos (em vigor). V. RESOLUÇÃO APROVADA: Foi aprovada pela unanimidade das presentes a alteração do Objeto Social do Estatuto Social e a seguinte redação, passando o Artigo 3º do Estatuto Social a ser a seguinte redação: "Artigo 3º - A Sociedade terá as seguintes atividades sociais: a) Planejamento e administração de centros comerciais privados; b) Administração de bens pessoais; c) Participação em capital social de outras empresas; d) Estabelecimento de parcerias e joint-ventures; e) Prestação de serviços de comunicação, publicidade e propaganda utilizando o nome e o obra de autores e artistas em diversas mídias; f) Representação pessoal, produção e edição de livros e artigos em diário, revistas, jornais, mídia impressa e eletrônica; g) Produção de conteúdos artísticos em geral; h) Criação, produção e edição de obras culturais utilizando recursos de informática e tecnologia; i) Produção de "home pages" para veiculação on-line; j) Para fins de divulgação e propaganda de periódicos, catálogos e livros de exposições, festivais de espetáculos teatrais, de dança, música, de ópera, de circo e similares; k) Exposições teatrais, de dança, música; l) Patrocínio de eventos como congressos, cursos, conferências e similares; m) Atividades congêneres, relacionadas a cultura, propriedades ou intelectuais; VI. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lido e aprovado o presente por todos os presentes. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2005. ASS: JACQUES STENBERG, CLARA PERELPACOS SINCORA S/A e SOCIETÁRIO DE INCORPORACÕES E PARTICIPAÇÕES SINCORA S/A e SOCIETÁRIO DE INCORPORACÕES E PARTICIPAÇÕES SINCORA S/A. SR. JACQUES STENBERG, CLARA PERELPACOS SINCORA S/A e SOCIETÁRIO. Junte-se ao Livro do Estatuto da Sociedade o Registro do nome, número e data da presente Ata, nº 000179301 em 11/01/2006. Valéria Gaspar Massana Silva, Secretária Geral.

ID: 875, Valor: R\$ 1012,45

D.O.
Divisão de Editoração do DIÁRIO OFICIAL
Tel.: DIRETQ • F.: 2717-5434, PAIX 2628-1122, Ramais 138 e 137

SUETEL PARTICIPAÇÕES S.A.
NIRE 3330026943-4
CNPJ 04.834.377/0001-85

[illegible]

Id: 874, Valor: R\$ 26.000,71

SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 01.645.547/0001-07
NIRE nº 3320018417-1

[illegible][illegible]

Id. 893. Valor: R\$ 2201,50.

LIGHT S.A.
CNPJ 03.378.521/0001-75
NIRE 3330020316 1
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

[illegible]

Id: 005, Valor: R\$ 1953,90

BRASILEG PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.839.021/0001-30
NIRE Nº 3230016548-1

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BRASELSE PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 1980. Local, Data e Hora: São sede da Companhia, no Rua de Janeiro - 1900. Local, Data e Hora: São sede da Companhia, no Rua de Janeiro - 1900. Local, Data e Hora: São sede da Companhia, no Rua de Janeiro - 1900.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

**ATAS, CERTIDÕES
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Associações, Sociedades e Firms

ICATU HOLDING S.A.
C.N.P.J.M.F. n° 07.216.471/0001-39
N.I.R.E. n° 3.330.016.806-3

[illegible]

BRADESCO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 33.055.140/0001-83
NIRE 33.300.013.911
Grupo Bradesco de Seguros

ATA DA 18.ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10.3.2004. Das 10h e local: realizada às 10h30 do dia 10 de março de 2004, no Salão de Jantar, R. Guvernador Acácio, nº 225, Fm. Comandante Faria, Jandira, RJ. Guvernador: Acácio de Campos representando 99,47% do Capital Social. Mesa: Presidente: Luiz Carlos Trabasso Cabral, SCS, Capital Social: Mesa: Presidente: Conceição Paes, Ed. Social de Convocação: Presidente: Patrícia Faria, 23 e 24.2.2004, nos termos "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nº 19, de 18.3.2004, respectivamente, "Jornal do Commercio", página 14, A-4, A-6 e A-7, respectivamente. Ordem do Dia: deliberar sobre a ratificação da alteração do "statuto". Ordem do Dia: deliberar sobre a alteração na 18.ª Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 2004, em decorrência da modificação do estatuto da Sociedade, aprovado em 2004, pela Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Elementar, na qual estribou-se o cargo de Diretor Geral, os Ramos do Conselho, constituíram-se 2 campos de Diretores Gerais: 1) o campo de 4 novos campos de Diretores com designações especiais; 2) o campo de Conselho de Administração para: 1. Incorporar as ações dos acionistas da Sociedade no Diário Brasileiro S.A. (Bradesco), convertendo-se em subscrito integral do Bradesco, de conformidade com o disposto nos Artigos 252 e 264 da Lei nº 6.406/78, mediante: a) ratificação da inclusão das empresas arroladas dos Prestitários Líquidos das Sociedades; b) nomeação e aprovação dos Prestitários Líquidos das Sociedades; c) incorporação das Ações do Acionista e do Estatuto e substituição do Estatuto da Sociedade para praticar todos os atos necessários à concretização da operação de incorporação das ações dos acionistas da Sociedade; d) nomeação e aprovação dos Prestitários Líquidos das Sociedades; e) nomeação e aprovação dos Prestitários Líquidos das Sociedades; 2) reformular o Estatuto Social, por conta dos acionistas da Sociedade de Administração, em face da sua adaptação e a inclusão do Bradesco integral do Bradesco, e a sua adequação ao disposto nos Artigos SUSPEP nº 234 e 248, respectivamente, de 28.6.2003 e 20.2.2004 e Carta-Circular SUSPEP/CONCUBAN/0503, que resolveu

SUMARIO

Atas, Corridões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms

Extravio de Documentos

[illegible][illegible]



PUBLICAÇÕES A PEDIDO

DIÁRIO OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro D.O.

[illegible][illegible]

Id: 657. Valor: R\$ 120M/1.40

BRADESCO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 33.055.146/0001-93
NIRE 33.3.0001391-1
Grupo Bradesco de Seguros

ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E
70ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 30.3.2004: Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de
Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ. Ocorrer: Acionista: Tapape, 725,
totalidade do Capital Social. Mesa: Presidente: Samuel Monteiro dos
Santos Júnior; Secretário: Luiz Tereza Pereira Filho. Convocação: da
pensada e convocação por Edital de conformidade com o disposto no
dispositivo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976, Ordem do
dia: para: 1, cancelar 1.341 ações indenizáveis, representativas do
capital social, existentes em tesouraria, representativas do
capital social, com redução de: 2, cancelar o capital social no
total de R\$ 511.513.578,55, elevando-o de R\$ 663.714.678,90 para R\$
1.350.728.053,51; 3, reduzir a capitalização do selo de R\$ 17.478,90
para R\$ 511.513.578,55; 4, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 5, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 6, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 7, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 8, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 9, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 10, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 11, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 12, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 13, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 14, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 15, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 16, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 17, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 18, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 19, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 20, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 21, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 22, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 23, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 24, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 25, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 26, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 27, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 28, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 29, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 30, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 31, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 32, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 33, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 34, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 35, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 36, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 37, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 38, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 39, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 40, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 41, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 42, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 43, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 44, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 45, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 46, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 47, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 48, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 49, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 50, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 51, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 52, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 53, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 54, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 55, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 56, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 57, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 58, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 59, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 60, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 61, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 62, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 63, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 64, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 65, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 66, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 67, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 68, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 69, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 70, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 71, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 72, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 73, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 74, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 75, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 76, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 77, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 78, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 79, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1.350.728.053,51; 80, cancelar o capital social de R\$ 511.513.578,55
para R\$ 1

em 2003 - R\$ 106.379.021,66, sem emissão de notas, de acordo com o Parecer Primeiro da Auditoria (189 de 14 de R\$ 4.047,78, 3 alíneas e o Edital de Licitação, no Artigo 7º transferindo o endereço da sede social da Rua Nunda Paulista, 1.415, parte, Belo Vista, São Paulo, SP, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Belo Vista, São Paulo, SP, no "caput" do Artigo 6º em decorrência das alterações 1 e 2 que modificam o Capital Social, venação do Grupo Bradesco de Seguros, a Diretoria, o Conselho de Administração, a Direção de Seguros, destacando a alteração do nome Bradesco Seguros S.A. e a mudança da denominação da entidade para Bradesco Seguros S.A. para Bradesco Autores e Administradores Bradesco Ordinários, em seguida à sua consolidação. Assessorar, fiscalizar e votar o Conselho de Administração, as Direções Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao balanço líquido do exercício encerrado em 31.12.2004, e a distribuição de lucros e dividendos aos membros da Diretoria, 4 alíneas e a distribuição de lucros e dividendos dos Administradores, 4 alíneas e a distribuição de lucros e dividendos dos Administradores, de acordo com o que dispõe a Lei aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, das Propostas de alteração, registradas no Registro daquele Órgão de 18.12.2004, e seguir as ordens, nomeações, exonerações, com valor nominal, equivalentes às ações, 2. aumentar o Capital Social no valor de R\$ 515.013.578,58, capitalização do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de R\$ 17.667.488,22 e "Reserva de Lucros - Reserva Legal - Reserva de Lucros - Reserva Legal" de R\$ 257.872.951,82, e de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 1997 - R\$ 257.872.951,82, "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2003 - R\$ 257.872.951,82, "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2004 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2005 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2006 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2007 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2008 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2009 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2010 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2011 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2012 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2013 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2014 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2015 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2016 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2017 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2018 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2019 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2020 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2021 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2022 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2023 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2024 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2025 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2026 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2027 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2028 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2029 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2030 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2031 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2032 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2033 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2034 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2035 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2036 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2037 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2038 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2039 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2040 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2041 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2042 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2043 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2044 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2045 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2046 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2047 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2048 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2049 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2050 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2051 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2052 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2053 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2054 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2055 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2056 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2057 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2058 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2059 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2060 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2061 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2062 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2063 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2064 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2065 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2066 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2067 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2068 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2069 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2070 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2071 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2072 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2073 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2074 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2075 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2076 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2077 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2078 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2079 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2080 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2081 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2082 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2083 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2084 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2085 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2086 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2087 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2088 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2089 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2090 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2091 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2092 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2093 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2094 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2095 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2096 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2097 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2098 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2099 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2100 - R\$ 257.872.951,82, e "Reserva de Lucros - Reserva Legal" de 2101 - R

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES
ENTREGA DE TEXTOS: Os textos para publicação deverão ser entregues nas Agências de Rio ou Maré, datografados ou compostos em gabaritos e encadernados em Agências, respeitadas as instruções.

Poder Executivo: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à Assessoria para Publicações Oficiais - Avenida Erasmo Braga nº 118, sala 205 - Centro, Rio de Janeiro. CEP 20020-000 - Tel.: (0xx71) 2202-5100, Ramal 131. Telex: 69000.

RIO - Rua São José, 35, sl 727/24.
 Edifício Garagem Meneses Cortes.
 Tel.: (0xx21) 2533-4056 e 2533-8647

DECLARAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS. R\$ 119,00
R\$ 83,00

Deverão ser dirigidas, pelo Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Parte V - Publicações a Pedido

TABELA DE VALORES SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 190,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 190,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 190,00

Nota: As assinaturas com desconto Federal.

258. As assinaturas com descontos somente serão concedidas para o funcionalismo público Federal, Estadual, Municipal, mediante a apresentação do último contracheque

Assinatura de Funcionário Federal, Estadual, Municipal	R\$ 190,00
Assinatura de Funcionário Municipal	R\$ 190,00

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, de 16 de Janeiro, não dispõe de impressoras autorizadas para vender selos do Buretu ITAU. Como não podemos ser efetuados em nossas Agências e nas Agências autorizadas de outras 29. Contato: M. R. ATENÇÃO: E

As assinaturas de R. O.

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Rua Marquês de Olinda 29,
Centro-Itaboraí, RJ, CEP 34030-170. Tel: (0xx21) 2620-1122 PADX - Fax (0xx21) 2710-05-57
www.inpressaoficial.rj.gov.br

IMPRENSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro
Empresa Pública

JOSE AUGUSTO GUIMARÃES
DIRECTOR PRESIDENTE

João Narciso Peres
FOLHAMENTO 17121

de Fernando Freitas Chaves
LITOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

DIÁRIO OFFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

[illegible]

de 2003". R\$ 106.379.021,48, sem emissão de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar e Esbarlar o Social, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida 1º, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2 que modificam o *Capital Social*, no Artigo 7º alterando a composição da Diretoria, II. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. tomar as contas dos Administradores, *Assembleia Geral Extraordinária*: 1. aprovar e o *Parceiro dos Auditores Independentes* a Demonstração do exercício social findo em 31.12.2004; 2. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2004 e a distribuição de dividendos; 3. eleger os membros da Diretoria, 4. fazer o montante global do balanço da remuneração dos Administradores, de acordo com o que dispõe o *Estatuto Social*. *Dilema*: *Assembleia Geral Extraordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Extraordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar o *Estatuto Social*, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2; 4. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Ordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar o *Estatuto Social*, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2; 4. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Ordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar o *Estatuto Social*, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2; 4. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Ordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar o *Estatuto Social*, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2; 4. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Ordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar o *Estatuto Social*, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2; 4. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Ordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404/76*, 3. alterar o *Estatuto Social*, no Artigo 7º transferindo o endosso do *Estado Social da Rua Nôda Paulista, 275, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ*, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, no *caput* do Artigo 7º em decorrência dos itens 1 e 2; 4. reformular a Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da União Novo Hamburgo Seguros S.A. a mudança de denominação da União Nova de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação. *Assembleia Geral Ordinária*: 1. aprovar, nas seguintes alterações: *Assembleia Geral Ordinária*, registrada na Reunião daquela data, de 18.3.2005, a seguir: "Examinar propostas da Diretoria para: 1. cancelar 1.341 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, existentes no tesouro, representativas do seu próprio *Capital Social*, sem reduzi-las; 2. aumentar o capital social no valor de R\$ 50.013.576,55, para R\$ 883.714.474,94 para R\$ 1.384.728.053,51, mediante capitalização de reservas das contas 'Reserva de Lucros - Reserva Legal 1990' - R\$ 17.657.871,40 e 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida 1990' - R\$ 45.820.931,40, e do 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida Lucros - Reserva Legal de 1997' - R\$ 10.589.495,53; 'Reserva de Lucros - Reserva Estabelecida de 2003' - R\$ 103.249.001,00, em troca de ações, de acordo com o *Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 4.404*

BRADESCO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 33.055.146/0001-03
NIRE 33.10001321-1
Grupo Bradesco de Seguros

ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E 70ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 30.3.2009. Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de Março do ano de 2009, às 09h, na sede social, no Rua Rôdrigo da Ressurreição, 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, Oitavo: Aconselha Representativa, a totalidade do Capital Social, foram: Presidente: Samuel Monteiro dos Santos Junior; Secretário: Luis Ferraz Pereira Filho. Convocação: dispensada a convocação por Edital, em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1978. Ordem da Prioria para 1, sancionai 1.341 ações ordinárias, 1. examinar propostas da Diretoria nominal, existentes em seu teor, nominais-e-subsistências, por Capital Social, sem redução de preço; 2. alterar o capital social no valor de R\$ 615.013,576,55, elevando-o de R\$ 863.714,64 para R\$ 1.398.728.053,81, mediante a capitalização do saldo das lucros e reservas de Lucros - Reserva Legal do 1990 - R\$ 17.657.872,12; e do parte do saldo das lucros e reservas de Lucros - Reserva Legal de 1997 - R\$ 16.569.455,85; Reservas de Lucros - Reserva Estatutária de 2002 - R\$ 287.873.248,00, e Reservas de Lucros, Reserva Estatutária

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

PARTE 1: PODER EXECUTIVO

20020-000 - Tel. (0xx21) 2292-5100 - Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ. Atendimento das 09:00 às 17:00 horas
RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Edifício Geregem Montez Cordeiro
NITERÓI - Rua Visconde de ...

PREÇO PARA: cmvcol... Tel.: (0xx21) 2333-4856 e 2533-8647

PUBLICAÇÃO, cm/col. para Municipalidades R\$ 119,00
DECLARAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Devem ser encaminhadas, por escrito, ao Chefe-Presidente de Redação R\$ 83,00

Deverão ser dirigidas, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação

Parte V. Publicações a Pedido

ASSINATURA NORMAL

ADVOCADOS E ESTAGIÁRIOS R\$ 284,00

ORGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	R\$ 199,00

FUNCIONARIOS PUBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 100,00.
OUTROS	R\$ 100,00.

03. As assinaturas copiadas e com o nome serão concedidas para o Conselho Municipal Federal, Estadual Municipal, med...

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

... as assinaturas. Estes vouchers poderão ser elevados, se quiser, a...

Cópias de exemplares avulsos tirados poderão ser adquiridos à Rua

Atenção: É vedada a devolução de valores

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Rua Marquês de

1-40444440, RJ CEP 24030-170. Tel: (0xx21) 2620-1123 PBX - Fax (0xx21) 2710-0542.

www.imprensaoficial.rj.gov.br

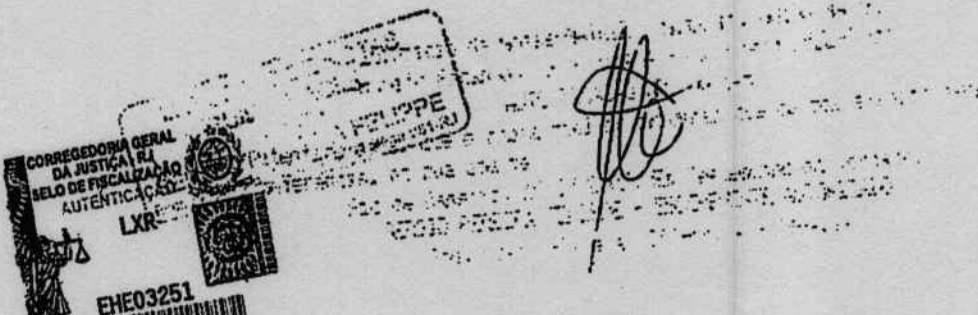
1001.01

[illegible]

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

.....

... ..



Nº 36, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2006

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1676-2355

177

Conservação e Meio-Obras Ltda., Manchester Serviços Ltda., Impacto Meio do Obra Ltda., e Alternativa Serviços e Empreendimentos Ltda., e INABILITAR as empresas Siderhina Construtora Associação S/C Ltda., Ação Empreendimentos e Serviços Ltda., e Eptas Serviços e Terceirização Ltda.

Salvador-BA, 16 de fevereiro de 2006.
CARLOS HUMBERTO A. RIBEIRO FILHO

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2006

O CRA-MG - Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, torna público que realizará Concurso Público para provimento das vagas existentes para os empregos de Agente Fiscal B, Advogado e Analista de Administração e formação do cadastro reserva para os empregos de Administrador B, Auxiliar de Financeiro, Suporte Administrativo, Técnico de Contabilidade e Técnico de Suporte de Equipamentos e Aplicativos, cujas contratações ocorrerão sob o regime de CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. O processo concorre por meio de inscrições no período de 06 a 24/03/2006 pela internet. Os interessados deverão acessar o site www.cra-mg.com.br e seguir as instruções. Os candidatos que não possuírem acesso à internet poderão efetuar suas inscrições na sede do CRA-MG no período de 06 a 24/03/2006 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário de funcionamento do órgão. O edital deste Concurso Público, em sua íntegra, está afixado, a partir de 01/03/2006, na sede do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, sito na Av. Afonso Pena, nº 931, 1º andar, contra, Belo Horizonte-MG. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (41) 3016-4222 ou pelo e-mail candidato@cra-mg.com.br.

GILMAR CAMARGO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2006

Objeto: Aquisição de suprimentos de informática (lata, cartucho, toner, CD-R). Data do recebimento e abertura das propostas: 07/03/06, às 10h. Local de realização da Sessão Pública: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - 7º andar - Pinheiros - São Paulo, SP. Local para retirada ou leitura do termo integral do edital e informações sobre a licitação: no mesmo endereço, das 8h00min às 11h30min, e das 13h às 16h30min.

São Paulo-SP, 16 de fevereiro de 2006.
JOSE TADEU DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESTITUIÇÃO

Restitui-se o termo de Sessão de Torno Aditivo nº 02/2005, publicado no DOU de 04/01/2006, pág. 94, bônus consta "e", ao invés de "da 18/01/2006", para "de 18/01/2006".

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 5ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2006

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 5ª Região - CREFITO-5, torna público que em cumprimento aos requisitos constantes na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações em vigor, fará realizar em sua sede, às 15 horas do dia 08 de março de 2006, Tomada de Preços nº 001/2006, do Tipo Menor Preço, visando a aquisição de DOIS (02) VEÍCULOS AUTOMOTORES - ZERO QUILÔMETRO, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, INCLUIDA A ALIENAÇÃO DO VEÍCULO MARCA VOLKSWAGEN, MODELO PARATI GL 1.8 16V, ANO DE FABRICAÇÃO 2001, COMBUSTÍVEL GASOLINA, DE PROPRIEDADE DO CREFITO-5.

A íntegra do Edital com maiores informações poderá ser obtida na sede do Conselho sito em Av. Palmeira, 27/403, pelo telefone (011) 23366584 no horário das 14h00 às 17h00 horas, ou ainda pela Home page www.crefito5.com.br a partir da publicação deste.

Porto Alegre-RS, 17 de fevereiro de 2006.

DRA. MARIA TERESA DUBSCH DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

O Presidente do C.R.M.-DF informa o seguinte resultado do certame em epígrafe: Societade de advogados: 1) Orla Lopes Filho & Assesores Advogados Associados - Nota Média ponderada (técnica e preço) = 100; e 2) Dólio Lima & Silva Advogados Associados - Nota da Média ponderada (técnica e preço) = 59,20. Foi declarada vencedora do certame a sociedade de advogados Orla Lopes Filho & Assesores Advogados Associados ao valor mensal de R\$ 4.382,00.

ALEXANDRE RAMOS VERÍSSIMO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS

EXTRATOS DOS CONTRATOS

CONTRATANTE: ABHI - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CONTRATADA: POOL CONSULTORIA E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA.-ME
CNPJ: 03.211.449/0001-51
Contrato: 02/2006

Objeto: Prestação de serviços de Gestão e Execução do Projeto "História do Brasil Divulgado por Mercantil", parte do Convênio firmado com o EMBRATUR
Vigência: De 05/01/2006 até 05/01/2007
Valor: R\$ 1.000,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 12.000,00 por um período de 12 meses

Nome dos signatários:
Eraldo Alves da Cruz - Presidente da ABHI - CONTRATANTE
Nelson Ambros - Sócio-Administrador - CONTRATADA

CONTRATANTE: ABHI - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CONTRATADA: POOL CONSULTORIA E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA.-ME
CNPJ: 03.211.449/0001-51
Contrato: 01/2006

Objeto: Prestação de serviços de Gestão e Execução do "Programa de Competitividade dos Meios de Hospedagem", parte do Convênio firmado com o Ministério do Turismo
Vigência: De 03/01/2007 até 03/01/2007
Valor: R\$ 21.900,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 262.800,00 por um período de 12 meses

Nome dos signatários:
Eraldo Alves da Cruz - Presidente da ABHI - CONTRATANTE
Nelson Ambros - Sócio-Administrador - CONTRATADA

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM BELA-VISTA

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO: A "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM BELA-VISTA" foi fundada nos dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco (2004/2005), com sede na Rua Francisco Píndaro, nº 644, Bairro Jardim Bela Vista, e foro nesta comarca do Grêmio (RS), entidade civil, sem finalidade lucrativa, política ou religiosa, inscrita no CNPJ sob o nº 07.041.741/0001-23, com prazo indeterminado de duração, podendo ser dissolvida por decisão de seus sócios reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. A Associação será designada pela sigla "AMBVV", sendo objetivo de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses dos moradores do Loteamento denominado Jardim Bela Vista. A Associação tem por finalidades: a) promover a confraternização dos associados e suas famílias; b) promover melhorias no Loteamento e adjacências, visando um melhor nível de vida de seus moradores; c) interceder junto aos poderes públicos em geral visando a conservação, segurança, limpeza e outros serviços de interesse dos Associados; d) firmar contratos de parcerias, convênios e similares com órgãos públicos ou com terceiros, visando a realização de serviços de melhorias no Loteamento; e) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistencial e outras do Loteamento e seus moradores; f) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária de bairro; g) participar, auxiliar com as atividades exercidas pelas Associações de Bairro; h) receber e distribuir recursos de qualquer natureza e de qualquer espécie; i) promover melhorias nas áreas de uso comum, bem como, realizar edificações, propiciando o lazer, segurança e desenvolvimento; DO PATRIMÔNIO. O patrimônio da Associação será constituído: a) de bens móveis e imóveis que possa ou vier a possuir; b) das contribuições e mensalidades dos Associados; c) de subvenções legadas, doações e similares; d) das vendas patrimoniais. DA DISSOLUÇÃO. É necessário a votação em Assembleia de 3/4 (três quartos) dos Associados e o Patrimônio será destinado a instituições de caráter de escolha da Assembleia ou para associações de bairro ligadas a Associação. PRESIDENTE: João Batista Vidal. DAS RESPONSABILIDADES. O Presidente não responderá subsidiariamente pelas obrigações ou por quaisquer dívidas da Associação.

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais, torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para início da terceira fase - tratamento, dos seguintes Processos de Seleção Pública:

Processo Seletivo nº	Edição	Modalidade	Resposta
00001585431	1	00001585431	00001585431

Processo Seletivo nº	Edição	Modalidade	Resposta
00001585431	1	00001585431	00001585431

CARLA MARIA MOURÃO
Resp. p/CENARH

BRASESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ 92.682.038/0001-00
NIRE 33.300.273.541

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001575771, em sessão de 27.12.2005, da folha de DOU, edição de 22.12.2005, com a publicação da Portaria SUSSEP nº 2.332, de 21.12.2005, que aprova as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001582892, em sessão de 26.01.2006, da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585431 e 00001585432, em sessão de 07.02.2006, da folha de Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal de Comércio, edição de 23.01.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

BRASESCO CAPITALIZAÇÃO S/A

CNPJ 33.010.831/0001-74
NIRE 33.300.025.146

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001574031, em sessão de 22.12.2005, da folha de DOU, edição de 15.12.2005, com a publicação da Portaria SUSSEP nº 2.332, de 21.12.2005, que aprova as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001575307, em sessão de 28.12.2005, da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585429 e 00001585432, em sessão de 07.02.2006, da folha de Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal de Comércio, edição de 13.01.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

BRASESCO SEGUROS S/A

CNPJ 33.023.146/0001-93
NIRE 33.300.013.911

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001577932, em sessão de 05.01.2006, da folha de DOU, edição de 29.12.2005, com a publicação da Portaria SUSSEP nº 232, de 21.12.2005, que aprova as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.03.2005, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 0000158495, em sessão de 19.01.2006, da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.03.2005 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585431 e 00001585447, em sessão de 07.02.2006, da folha de Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal de Comércio.

CONSELHO DE INTERVENÇÃO
CORREDEIRA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
VCH
EHE03250
AUTENTICAÇÃO
EXCERTE 400000
Selo de Fiscalização



178

ISSN 1676-2355

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 36, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2006

arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.03.2005, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

COMPANHIA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CRUZ ALTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CREDORES

A COMPANHIA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CRUZ ALTA - CIDUSA, empresa da economia mista, com sede na Estrada do Aeroporto S/N, Bairro Abagay - Cruz Alta - RS, CONVOCA todos os CREDORES, que possuem crédito junto a empresa, para COMPARECEREM na Assembleia de Credores que ocorrerá no dia 22 de março de 2006, às 17:30h, em primeira convocação e às 18:00h em segunda e última convocação, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, situada na Av. General Osório, 533 - Centro, com a seguinte ordem do dia: 1ª Situação Atual; 2ª Proposta de Trabalho; 3ª Deliberação.

Cruz Alta-RS, 17 de fevereiro de 2006.
MARIA IZABEL KUEMER
Diretora Presidente

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS

AVISO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Comunicamos às indústrias de alimentos que a Contribuição Sindical, que vem descontada dos salários dos trabalhadores no mês de março de 2006, o recolhimento deverá ser feito junto à Caixa Econômica Federal, conforme o artigo 588 CLT, que providenciou o envio para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Indústria, a fim de cumprimento do recolhimento, as empresas estarão sujeitas às ações cabíveis, previstas em Lei.

ARTUR BUENO DE CAMARGO
Presidente de Confederação

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2006

De ordem do Presidente da Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Município de Nova Olímpia, Município de Nova Olímpia - MT, doravante denominada CENTRAL, Sr. Tereza Pereira dos Santos, a Comissão de Licitação, doravante denominada Comissão de Licitação, torna público que realizará licitação sob o modalidade de "Tomada de Preços", do tipo "Menor Preço", em regime de exceção da Lei nº 8.666/93, para contratação de empresa para a elaboração de projeto de construção de uma casa de madeira, com área de 140,00m², no dia 03 de março de 2006, no sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Nova Olímpia, sito na Rua Minas Gerais, nº 122 Centro Municipal de Nova Olímpia - MT, onde serão recebidos os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta de preço, em conformidade com o Contrato de Repetição Nº 1248/OC-BR, combinado com os preceitos do direito público e as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas legais pertinentes, e ainda, o estabelecido neste edital e seus anexos. O edital será examinado e adquirido no escritório da Assistência Técnica da Associação, localizada no Assentamento Vale do Sol, Município de Nova Olímpia - MT CEP: 78.370-000, compareça e vá de acordo com a data da publicação desta aviso aos horários das 08:00 às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, até o último dia anterior à data de abertura da licitação. O preço do edital é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Informações ou esclarecimentos pertencentes à presente licitação poderão ser obtidos no escritório da CENTRAL, no endereço citado, ou no INCRA/FAC-MT, situado na Rua 08, Q-15 CPA - Colúbia/MT, fone (0xx55) 36441442.

TAMIRIS PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da Central

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE

AVISO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Pelo presente edital, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUIH, representante legal do plano Confederativo do 4º Grupo "Empregados em Turismo e Hospitalidade", faz saber aos senhores empregados em todo Território Nacional, que conforme dispõe o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, e decorrente da constituição sindical de seus empregados não representados por Sindicatos ou Federações de Trabalhadores em seus Municípios ou Estados, deve ser efetuado im-

posteriormente, até o dia 31 de março de 2006, o recolhimento em estabelecimento bancário credenciado pela Caixa Econômica Federal, até 30 de abril de 2006. Assim, ficam os interessados cientes, desde já que o não recolhimento, da Contribuição Sindical de seus empregados até o dia 30 de abril de 2006, importará no multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento), por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, conforme estabelecido no art. 600 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregados que não se recolher até 30 de março de 2006, solicitá-las na sede desta Confederação, no endereço: SRTVS QD. 701 CONT. "D" LOTE 05 BLOCO "B" SALAS 227 A 234 - ED. CENTRO EMPRESARIAL BRASÍLIA - Brasília (DF), fone (61) 4501-8200 - fax (61) 4501-8220.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2006.
MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD
Diretor Presidente

(Dias: 17, 20 e 21/02/2006)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS

COC37.992.638/0001-37
CÓDIGO Nº: 022.000.00000-1

AVISO

RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - 2006

Vigilância Especializada e Vigilância Orgânica - Lei Nº 7.102/83 e 8.163/94 e Decreto Nº 1.592/95
Pelo presente ficam notificados todos as empresas especializadas em Segurança Privada (Segurança, Vigilância e Transporte de Valores, Segurança Pessoal, Cursos de Formação e Especialização de Vigilantes) e as empresas que mantiverem em seus quadros vigilantes contratados diretamente (vigilância orgânica), tudo conforme as Leis Nº 7.102/83 e 8.163/94, e Decreto Nº 1.592/95, de que a título de contribuição sindical prevista no art. 578 e seguintes da CLT, deverão descontar de todos os seus empregados representados por esta entidade sindical, a importância correspondente à remuneração de 1 (um) dia de trabalho (CLT, art.560.I), da folha de pagamento relativa ao mês de março de 2006 (CLT, Art.583), recolhendo os valores descontados à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, ou aos estabelecimentos bancários nacionais, integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais (CLT, Art. 586) em nome da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços - CNV/P3, através V. mail de e-mail de 2006 (CLT, Art. 583), sob as penalidades previstas no art. 598 e 600 da CLT. O comprovante de depósito, acompanhado de relação nominal dos respectivos salários, deve ser remetido a esta entidade sindical no prazo de 30 (trinta) dias após o depósito (procedimento Normativo do TST nº 41). As GRCS Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical - encontram-se à disposição das empresas na sede do Sindicato profissional.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2006.
SERVALDO RODRIGUES BISPO
Secretário de Finanças

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTuo DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E DOS ÓRGÃOS DA ESTRUTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CREDFAZ

CNPJ/MF 00.952.415/0001-63

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2006 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTuo DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E DOS ÓRGÃOS DA ESTRUTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CREDFAZ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convoca seus Delegados, que nesta data somam 26 (vinte e seis), para participarem da Assembleia Geral Ordinária de número 1/2006 e Extraordinária de número 1/2006, a se realizar, no dia 18 de março de 2006, no SHS QD 05, BL. Q, Carlton Hotel em Brasília-DF, às 7:30 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Delegados, ou em segunda convocação, às 8:30 horas, com metade mais um dos Delegados e em terceira e última convocação às 9:30 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) Delegados para deliberar sobre a ordem do dia, sobre discriminação, devendo a Assembleia Geral Extraordinária iniciar-se no mínimo 1 (uma) hora após o encerramento da Assembleia Geral Ordinária, no mesmo local.

- 1 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 1/2006 - AGO
- 1.1 - Prestação de contas dos Órgãos de Administração acompanhada de Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - 1.1.1 - Relatório de Gestão;
 - 1.1.2 - Demonstrativos Financeiros e Balanço dos dois semestres do exercício findo em 31.12.2005;
 - 1.1.3 - Demonstrativo das sobras apuradas;
 - 1.1.4 - Parecer do Conselho Fiscal;
- 1.2 - Complementação da Remuneração de Juros ao Capital
- 1.3 - Destinação das sobras Líquidas apuradas no exercício de 2005.
- 1.4 - Eleição dos membros Titulares e Suplentes do Conselho Fiscal para o mandato de um ano, sob a Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2007 e a respectiva homologação da sua eleição pelo Banco Central do Brasil, para os seus efeitos.
- 1.5 - Regulamento do R.A.T.E.S.
- 1.6 - Assuntos Gerais.
- 2 - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1/2006 - AGE
- 2.1 - Alteração dos Artigos: 21, 29, e 66 do ESTATUTO.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2006.
JOSE ALVES DE SENA
Diretor Presidente

FINASA SEGURADORA S/A

CNPJ Nº 33.151.291/0001-78

NIRE 33.300.773.746

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001575771, em sessão de 27.12.2005, da folha de DOU, edição de 22.12.2005, com a publicação da Portaria SUSEP nº 2.333 de 21.12.2005, que aprovou as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.11.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral;

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001581709, em sessão de 19.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral;

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001583449 e 00001583643, em sessão de 07.02.2006, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 1º.02.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO

EDITAL DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006

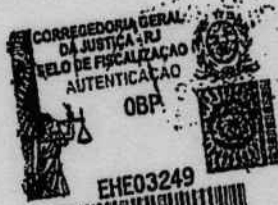
A Faculdade Barão do Rio Branco torna público e acessos aos cursos de graduação para o ano 2006 regido pelo Edital 01/2006 (Vagas Remanescentes) abrangendo as seguintes vagas: Administração com as seguintes habilitações: Comércio Exterior (40 vagas/semestre); Marketing (20 vagas diurno e 14 vagas noturno/semestre); Administração Rural (30 vagas noturno/semestre), todas com funcionamento autorizado pela Portaria MEC nº 2557/2002; Ciências Contábeis (18 vagas noturno/semestre) autorizada pela Portaria MEC nº 2559/2002; Ciências Sociais (23 vagas diurno e 30 vagas noturno/semestre) autorizada pela Portaria MEC nº 2554/2002; Tecnologia em Turismo (30 vagas noturno/semestre) autorizada pela Portaria MEC nº 4.246/2004, inscrições de 16 e 23 de fevereiro de 2006, das 8h às 18h. Prova dia 23 de fevereiro de 2006, às 8h. A prova é composta por 60 questões de múltipla escolha, além de Redação. O Vestibular tem validade para o primeiro semestre letivo de 2006. As aulas iniciam-se em 02 de março de 2006, com conclusão do primeiro semestre letivo em julho/2006. Havendo vagas remanescentes do Vestibular as mesmas poderão ser disponibilizadas através de novo Vestibular ou do Processo de Verificação de Aptidão, de acordo com as normas estabelecidas no Edital 01/2006.

MARCO ANTÔNIO FALCÃO
Diretor Administrativo

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAI

EDITAL DE 15 DE FEVEREIRO DE 2006 PROCESSO SELETIVO

A Comissão Permanente do Processo Seletivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FCTU, torna público por meio de presente Edital, que serão recebidas as inscrições no Novo Processo Seletivo 01/2006 até 03/03/2006, obedecendo a legislação, com validade para matrícula no primeiro semestre letivo de 2006, no local de funcionamento dos cursos à Rua Eduardo Rodrigues Barbosa, 183 - Centro, Unai/PA. A norma completa do processo, encontra-se disponível na Secretaria da FCTU no endereço acima. Cursos, vagas e horários: Administração (100) noturno, Agronomia (30), período integral, Ciências Contábeis (30), noturno, Direito (20), noturno, Licenciatura em Educação Física (20), noturno.



RECEBUEMOS DO Sr. JUIZ DE DIREITO DA 1ª Vara Criminal da Comarca de Niterói, RJ, em 14/05/2014, o documento de fls. 141, referente ao processo nº 0000000-0/2014, em nome de [nome ilegível], para fins de [fins ilegíveis].

RECEBUEMOS DO Sr. JUIZ DE DIREITO DA 1ª Vara Criminal da Comarca de Niterói, RJ, em 14/05/2014, o documento de fls. 141, referente ao processo nº 0000000-0/2014, em nome de [nome ilegível], para fins de [fins ilegíveis].

RECEBUEMOS DO Sr. JUIZ DE DIREITO DA 1ª Vara Criminal da Comarca de Niterói, RJ, em 14/05/2014, o documento de fls. 141, referente ao processo nº 0000000-0/2014, em nome de [nome ilegível], para fins de [fins ilegíveis].

Investimentos Bemp S.A.

Investimentos Bemge S.A.
CNPJ nº 04.861.000/78 - Rua Comendador Azeite - NRE 33300315472
Belo Horizonte - Minas Gerais

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **INVESTIMENTOS BEMGE S.A.** são convocados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28 de abril de 2006, às 10:00 horas, no endereço da sede social, localizada na Praça Afonso Egidio de Souza Arantes, 100, neste Estado de Minas Gerais, para deliberar sobre o teor, conhecimento do Relatório da Administração e do Parecer das Auditorias Independentes e examinar, para deliberação, Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes ao exercício social concluído em 31 de dezembro de 2005; homologar a distribuição de dividendos e a formação de reservas; eleger os membros do Conselho de Administração e de Fiscalização; e aprovar a remuneração dos integrantes desse Conselho e da Diretoria, tendo em vista determinação das Instruções CVM nºs 165/01 e 262/00, e, consequentemente, para requerer a adoção de voto múltiplo em eleição de membros do Conselho de Administração e de Fiscalização, em requérentes diversos representando, no máximo, 7% do capital votante.

São Paulo-SP, 10 de abril de 2006.

Conselho de Administração
Roberto Egidio Setubal

SIDERÚRGICA J. L. ALPERTI S.A.

[illegible]

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

[illegible]

São Paulo-SP, 11 de abril de 2004

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Otávio Egydio Sáenz
Presidente
Mais informações poderão ser obtidas no site www.iausac.com.br
(13/14/15)

EMPRESA DE ELECTRICIDAD

EMPRESA DE ELETRICIDADE
VALE PARANAPANEMA S.A.
CNPJ nº 00.878.075/0001-82 - NIRE nº 33.300.041.887
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
m convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia

UNAR Beteiligungs-AG

Ordemática, que se realizou no dia 19 de abril de 2008, às 16h00, na sede social, na Avenida Paulista, nº 2439 - 4º andar - São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1ª - Discussão e aprovação das Demonstrações Contábeis e do Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2007, e destinação do resultado do exercício;

2ª - Eleição dos membros do Conselho de Administração;

3ª - Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso, nos termos da Lei;

4ª - Deliberação de remuneração dos administradores pela o exercício do cargo;

São Paulo, 10 de abril de 2008.

Joyce Guinó de Moraes Junior

Bradesco Seguros S.A.

[illegible]

Order of Contents 2-2

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO dos Empregados e de Trabalhadores Vigilantes da Segurança Privada / Concessão e Sínderes, de Jure e Regio -
05/01/2006 Nº 58, Seção Rua General Manoel de Azevedo nº 687, CNPJ 06.948.001-55
APROVAÇÃO das Assembleias Gerais Ordinárias do Sindicato Social - Estituição
proposição. Ficam convocados para este ato, os associados em sua qualidade de membros ativos, para se reunirem na assembleia geral, na forma estatutária, na sede em Campinas no dia 24/04/2006, às 18h em 1ª convocação com quórum regimental ou, tendo hora após o local às 18:00 em 2ª convocação, para discutir com o assessoramento, a seguinte ordem do dia: 1) ata anterior; 2) apreciação e aprovação da proposta.

[Faint, mostly illegible text from the reverse side of the document, appearing as bleed-through or ghosting.]



[Faint, mostly illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page. A large, stylized signature or mark is visible in the center of this section.]



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Processo nº: 015.08.211392-5

Requerente: Libia Rodrigues Carlos

Patrona do Requerente: Maria Luiza do Nascimento Ribeiro OAB 3066/AM

Requerido: Bradesco Seguro S/A, CNPJ 33.055.146/0001-93

Preposto do Requerido: Bruno Luiz Ferreira Cavalcante

Patrona do Requerido: Glauce Maria Costa de Souza OAB/AM 6140

TERMO DE AUDIÊNCIA – ACORDO FRUSTRADO

No dia 16 de março de 2009, aberta a audiência de conciliação, constatou-se a presença da Requerente, que se fez acompanhada de patrona legal, e a presença do Requerido, que se fez representado por preposto e igualmente acompanhado de patrona. Carta de preposto entregue no presente ato.

Quando perguntado se haveria alguma possibilidade de composição entre as partes, a advogada do Requerido não ofereceu proposta.

Em assim sendo, fica a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22/07/2009 às 09:00h, oportunidade em que serão tomados os depoimentos pessoais das partes, juntando-se, querendo, toda a documentação que se fizer necessária para a instrução da lide.

As partes saem intimadas e cientificadas de que podem apresentar testemunhas, em número máximo de três (3), independentemente de intimação.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo.

Diego Andrade de Oliveira
Conciliador

Requerente:

Patrona do Requerente:

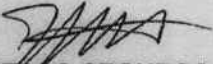
Preposto do Requerido:

Patrona do Requerido:

CARTA DE PREPOSTO

BRADESCO SEGUROS S.A , com sede à , AV. PAULISTA, 1415 - BELA VISTA SÃO PAULO - Cep: 01311200 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º , pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO Bruno Luiz Ferreira Cavalcante , brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º 1820856-8 expedida por SSP-AM e inscrito no CPF/MF sob o n.º 873.768.732-87 , podendo o mesmo responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n.º 015.08.211392-5 que tramita perante 1ª J6C da MANAUS - AMAZONAS.

Rio de Janeiro, 16 de MARÇO de 2009.


BRADESCO SEGUROS S.A
Henrique Alberto Faria Motta



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Processo n. 015.08.211392-5

Autora: Líbia Rodrigues Carlos

Advogada: Maria Luiza do Nascimento Ribeiro - OAB: 3066/AM

Réu: Bradesco Seguro S/A

Preposto: Bruno Luiz Ferreira Cavalcante

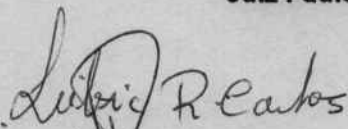
Advogada: Glauce Maria Costa de Souza OAB/AM 6140

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

No dia 22 de julho de 2009, na Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, na sala de audiência deste Juizado Especial Cível, onde presente estava o MM. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza. Realizado o pregão, constatou-se a presença das partes acima mencionadas. Aberta a audiência, a autora apresentou réplica à contestação, da qual teve ciência a senhora advogada do réu, que ratificou os termos da contestação e a impossibilidade de qualquer acordo. Em seguida, solicitou a mesma advogada que as intimações dirigidas ao escritório que participa, fossem feitas diretamente ao advogado, Dra. Hirley Verçosa dos Santos, com endereço à Rua Jutai, 895, sala 6, 2º andar, Vieirals, Nossa Senhora das Graças, CEP: 69053-020. Sem outros requerimentos, a audiência foi encerrada, ficando os presentes intimados da publicação da sentença no dia 29 de julho às 09:00 horas.


Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

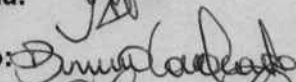
Autora:



Advogada:



Preposto:



Advogado:



Estudante de Direito: André Felipe da Costa Oliveira

André Felipe da Costa Oliveira

Escrevente "ad hoc" Diego Andrade de Oliveira (Estagiário):

